

CAPITULO 12

O TEMPO E AS ÁRVORES EM PORTO ALEGRE (BRASIL) E ATHENS (EUA)

Cornelia Eckert

A árvore que sofre é o apogeu da dor universal
Bachelard, 2001, p. 222

A árvore e a cidade

Quando terminei o segundo grau em uma cidade do interior e me mudei para Porto Alegre (RS, Brasil) era final de 1975. Eu ainda não havia ingressado na universidade, mas passei a morar em casa de estudante (CEUPA) para fazer um curso pré-vestibular. Neófito em movimentos estudantis, logo entendi o que eram os tempos de ditadura, pois o debate político na Casa era intenso. Um dos temas, mesmo que ainda embrionário, era a questão ambiental. Em um dos debates promovidos sobre o assunto, lembro de escutar sobre um movimento de resistência em que um jovem estudante havia subido em uma árvore para evitar o seu corte. Alguns moradores da Casa, haviam testemunhado o acontecido. Fiquei impactada com a coragem do jovem no enfrentamento à polícia em plena Ditadura, em um ato de resistência ao autoritarismo do prefeito Thompson Flores, que mandara cortar 25 árvores para favorecer a construção do viaduto Imperatriz Leopoldina, no centro.

Certamente era a primeira vez que eu vinculava, em uma perspectiva política, a relação entre árvores e cidades, mas somente algum tempo depois, entenderia que aquele gesto seria considerado o reconhecimento público da existência do, então, emergente movimento ecológico não somente em Porto Alegre, mas no Brasil.

Para contar melhor este episódio, protagonizado pelo, então, estudante de Engenharia Carlos Alberto Dayrell que, em 1998, recebeu pela Câmara de Vereadores o título de Cidadão Honorário de Porto Alegre, recorro a um documentário televisionado para o Canal Futura, intitulado *Um pé de quê?*¹⁷³, apresentado pela atriz Regina Casé e produzido em

173 Canal Futura, 2020. <https://www.youtube.com/watch?v=tYhhf4943DM>, Acesso em 9 de julho 2018.

2015 em Porto Alegre. Nesta produção audiovisual, a atriz entrevista o engenheiro agrônomo Carlos Dayrell, residente no interior do Estado de Minas Gerais. O tema do programa era a árvore tipuana. A entrevista desenrola-se na Avenida João Pessoa ao lado de uma tipuana localizada em frente à faculdade de Direito, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, campus Centro. Na entrevista, Regina pergunta ao engenheiro, o que ocorrera no dia 15 de fevereiro de 1975 e por que havia uma placa de bronze em sua homenagem no muro da faculdade de Direito. Carlos relata que era aluno na Universidade Federal do Rio Grande do Sul e estava a caminho da faculdade de Engenharia para fazer sua matrícula, quando se deparou com várias tipuanas de grande porte derrubadas. Tratava-se de uma execução da Prefeitura, que previa o corte das árvores pela Secretaria Municipal de Obras e Viação (SMOV) para favorecer a passagem de carros na construção do Viaduto Leopoldina. Membro de um organismo não governamental pró-ecologia, Carlos, chocado com a cena, subiu em uma das tipuanas para impedir o seu corte.

Os trabalhadores da prefeitura pararam suas máquinas, e a polícia foi chamada. As negociações para a descida atraíram uma multidão. Logo, emissoras de televisão e rádio transmitiam o evento. Mais dois jovens também subiram na árvore, Teresa Jardim e Marcos Saraçol. Os ambientalistas José Lutzenberger e Augusto Carneiro da AGAPAN, também vieram apoiar o manifesto. Nas negociações, ficara decidido que Carlos iria conversar com o prefeito para suspender o corte das árvores que restavam. Enquanto dois jovens permaneciam na árvore, Carlos e o representante do movimento ambientalista foram recebidos pelo chefe de Obras da Prefeitura. Com a concordância administrativa da suspensão dos cortes, retornaram ao local para encaminhar a descida dos dois jovens que lá permaneciam. Mas, na descida, a polícia usou de violência e lançou bombas de gás para reprimir a manifestação. Os jovens foram presos e encaminhados ao Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), órgãos de controle do regime militar e depois libertados pela intervenção de advogados do movimento ambientalista. A árvore não foi cortada e permanece até hoje.

Carlos testemunha que seu ato foi influenciado pelas falas de José Lutzenberger, um dos fundadores da Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural (AGAPAN), criada em 1971, que havia sugerido, numa palestra, esta forma de resistência: subir na árvore para impedir o seu corte.

Por ocasião do descerramento de uma placa em sua homenagem, em 1998, José Lutzenberger lembrava, em seu discurso, que o prefeito mandara derrubar as árvores durante as férias, pensando que não haveria estudantes:

Thompson esqueceu que era dia de matrícula. Surpreso, o prefeito argumentou que iria derrubar 25 árvores para melhorar o tráfego, mas estava plantando 20 mil nos bairros. Aí, preparamos um manifesto que começava mais ou menos assim: ‘Argumentar que não tem importância derrubar 25 árvores velhas, porque estão sendo plantando 20 mil novas, seria como dizer não importa que morra o nosso velho e sábio prefeito; estão nascendo tantos bebês’ (Villar, 2018, p. 1).

A árvore proprietária de si mesma

Em 2017, elaborei um projeto para o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) com o tema da Memória Ambiental em Porto Alegre, intitulado *Ritmos temporais e a memória ambiental vivida e narrada pelos cidadãos: etnografia da duração em contextos urbanos*, objetivando tratar, entre outros aspectos, da arborização urbana. Aprovado em 2018, passei a dedicar-me ao estudo de acervos e revisei meu material etnográfico desenvolvido nos últimos 15 anos. Ainda em 2018 (de setembro a novembro), tive a oportunidade de estudar em Athens, no estado da Geórgia (EUA), junto com a colega, antropóloga, Ana Luiza Carvalho da Rocha. Nesse breve período de “licença-capacitação” estivemos ligadas ao *Humans and Environmental Change Lab*, coordenado pelo professor Donald R. Nelson, na Universidade da Geórgia, nos especializando em Antropologia Ecológica. Aproveitamos a estadia para desenvolver uma Etnografia na Cidade, um estudo de Antropologia Urbana Ambiental na interface com a Antropologia da Imagem.

Chegando em Athens, o que mais a mim impressionou na pequena cidade universitária, de 127.330 mil habitantes, foi, decididamente, a densidade da arborização. Provavelmente, em nenhuma outra, a presença da árvore me parecera, antes, tão imponente. Categoricamente, posso dizer que fui afetada pelas árvores em Athens.

Ao final de nossa estada, apresentamos aos pesquisadores do laboratório nossa experiência de “Etnografia nas Ruas” (Eckert e Rocha, 2014), observando e documentando com produção de imagens, o contexto ambiental em Athens. Em nossa palestra, optamos por apresentar nosso entusiasmo como um processo interpretativo de pesquisa etnográfica, com base no conceito de memória ambiental, categoria analítica central de nosso projeto. Expusemos nosso estudo de caso e demonstramos como elaboramos uma coleção de imagens no âmbito do projeto Banco de Imagens e Efeitos Visuais, correlacionando esta experiência às nossas pesquisas sobre o tema em Porto Alegre, cidade de nossa morada e trabalho.¹⁷⁴ Explicamos tratar-se de:

Empreitada orientada pelo método da convergência de Gilbert Durand, pelo qual relacionamos as narrativas etnográficas produzidas a partir de documentos visuais, sonoros e textuais, antigos e recentes, resultantes de pesquisas em acervos ou de etnografias. No Biev, o método de convergência nos ajuda na perspectiva experimental no campo das tecnologias e da *web* com a etnografia hipertextual (Rocha e Eckert, 2016).¹⁷⁵

Nossa breve pesquisa em Athens começou nas redes digitais sobre a história e a política de arborização. Tanto a documentação histórica quanto os folders turísticos faziam referência a uma árvore lendária: *The tree that owns itself*.¹⁷⁶

A referência jurídica a esta árvore nos incitava a uma pergunta: Como pode um proprietário de um pedaço de terra não pagar seus impostos e não precisar responder por este ato perante a justiça? É que o proprietário, neste caso, era uma árvore. Um não humano, para usar uma terminologia de Tim Ingold (2017). Ficamos encantadas com esta intriga e saímos em busca da famosa árvore.

174 Refiro-me ao projeto Banco de Imagens e Efeitos Visuais, do Laboratório de Antropologia Social, do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (IFCH), da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, coordenado por Ana Luiza Carvalho da Rocha e por mim.

175 “O método de convergência reúne alguns procedimentos complexos, como analisar, separar, agrupar e ordenar os documentos etnográficos obtidos em campo (sonoros, visuais e escritos), tendo em vista a forma ou a feição de seus arranjos para a descrição dos fenômenos da cultura, segundo a compreensão de determinadas estruturas figurativas que os conformam. A natureza experimental deve-se a um claro compromisso ético e político de crítica aos próprios cânones da disciplina e à sua abertura para a interdisciplinaridade e a inventividade”. (Rocha e Eckert, 2020).

176 Como no site <https://www.visitathensga.com/listings/the-tree-that-owns-itself/234/>.

Foi preciso atravessar uma rodovia estadual e subir um pequeno morro calçado com pedras de paralelepípedo para chegar ao local que havíamos marcado no mapa. Rodeada de belas casas típicas da região, com grandes jardins, encontramos a frondosa árvore em um canteiro que avançava sobre a rua. Tiramos várias fotos e um *self* para testemunhar que ali havíamos estado.

Na realidade, a árvore “dona de si” original adoecera e havia sido derrubada por um temporal em 9 de outubro de 1942. Mas, de suas sementes, fora obtida uma nova muda. Este processo de germinação foi realizado sob os cuidados do *Junior Ladies Garden Club*, que replantou a muda no mesmo local em 9 de outubro de 1946. A historietta em torno desta árvore mergulhava-nos em uma memória ambiental, confirmada na entrevista com uma professora brasileira aposentada da Universidade da Geórgia (UGA), a porto-alegrense Carmen Tessler: “Aqui todo mundo conhece a lenda deste carvalho. Tem gente que vem de longe para conhecê-la. Era de um professor da universidade que a adotou e a emancipou.”

Em uma placa monumental, próxima da árvore, podia-se ler: “Pois, em consideração ao grande amor que tenho por esta árvore e ao grande desejo que tenho por sua proteção, para sempre, transmito inteira posse de si mesma e todas as terras em oito pés da árvore em todos os lados. Sir William H. Jackson.”

O site da prefeitura trazia mais subsídios:

O terreno em que a árvore se encontra era originalmente propriedade do coronel William H. Jackson, um professor da Universidade da Geórgia. Diz a lenda que, no início de 1800, o professor Jackson, por amor ao grande carvalho, transferiu a propriedade da árvore e do terreno para si mesmo, com 2,5 metros a partir dela em todos os lados. Uma escritura original não foi localizada, mas a comunidade de Atenas reconheceu o título da árvore e tomou medidas para protegê-la. O filantropo George Foster Peabody pagou para instalar o cercado ao redor da árvore (ACC, 2018, consulta 4 setembro 2020).

Ficamos surpresas em descobrir um “romântico ecologista” do século XIX e o valor por ele dado a um carvalho. Logo lembramos do estudo de Luc Ferry, intitulado *A nova ordem ecológica* (Ferry, 2009), em

que o autor analisa as árvores como “sujeitos de direitos”. Ferry estuda os processos que concederam status jurídico aos seres não humanos em nome dos direitos da natureza e contra o antropocentrismo.

As árvores pareciam ter, para nós, um papel cada vez mais especial em Athens. Resolvemos dedicar nossa etnografia ao tema da arborização; na realidade, uma etnografia da duração, para o qual a intensa produção de imagens e pesquisa em acervos é fundamental (Rocha e Eckert, 2007, 2013, 2015, 2016).

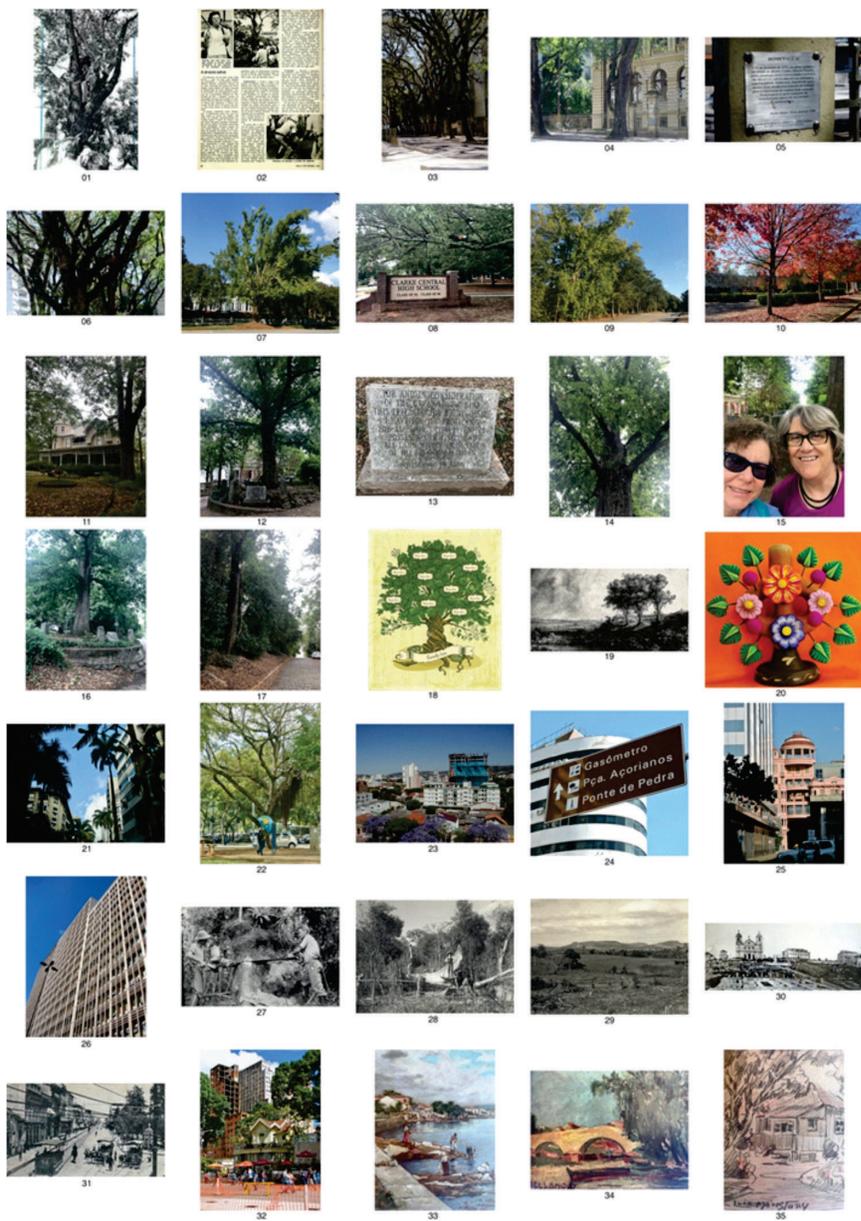
As novas sensibilidades no Ocidente

Keith Thomas, em *O homem e o mundo natural* (1988), percorre as mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais de 1500 a 1800. Embora sua análise se concentre na Europa, o revisitamos aqui, por se dedicar ao tema da árvore. Segundo Thomas, no século XVII emerge um debate em torno das novas sensibilidades, ampliando a preocupação moral em relação aos seres vivos negligenciados. Mas será somente no século XVIII que, de fato, encontraremos na literatura uma referência mais expressiva sobre a emergência de novos sentimentos de aversão às tradições depredadoras, em obras que retomam referências quinhentistas, como Montaigne (1533-1592), Shakespeare (1564-1616), etc., em suas preocupações com a natureza e de benevolência para com todos os seres. Montaigne, por exemplo, sugeriu que as árvores e plantas deveriam ser tratadas com humanidade. David Hume (1711-1776) considerou que o “cuidado com as criaturas era exigido pelas leis de humanidade” (Thomas, 1988, p. 210). Ideias que se consolidavam no final do século XVIII, já com a ciência botânica, que admitia que as plantas eram criaturas sensíveis, com isso reajustando a tradição antropocêntrica.

A nobreza, os clérigos rurais educados e as novas classes médias profissionais são apontadas pelo autor como adeptos do cultivo de árvores e flores, impregnados pelo valor do paisagismo. Estamos ainda citando o livro de Thomas, que fala desses tempos de crescente interesse por árvores e flores no processo civilizatório em sua expressão de satisfação emocional, como, por exemplo, estima.¹⁷⁷ Processo lento, testemunham os autores elisabetanos que narram que as árvores que

¹⁷⁷ Ver também Norbert Elias (1993).

não rendessem frutos eram derrubadas pelos empreendedores agrícolas, como Sir Walter Blith, em 1653, que se orgulhava dos vistosos campos de trigo sobre as antigas florestas (Thomas, 1988, p. 234).



Enquanto as colônias dos poderosos impérios europeus viam seu patrimônio florestal sendo dizimado em nome do triunfo da civilização (queimadas, agricultura, pastagem animal, etc.), no início do período moderno, na Inglaterra, opera-se uma guinada de atitude em relação à emergente preservação de árvores. Em vista da crescente necessidade de madeira para fins de construção e para combustível, surge uma lógica do plantio de árvores como recurso autorrenovável e valioso, que recorre à aplicação de penalidades contra a derrubada ilegal de árvores. A observar-se, porém, as variáveis dessa lógica: um dos primeiros motivos, o econômico, posto ser a madeira necessária para uso e lucro; à época, não menos importante, sua utilização para embelezamento de parques reais, dignificando o cenário em tradições como a da caça a cervos ou, finalmente, para deleite da elegante sociedade em seus passeios e caminhadas a pé em Londres, como no reinado de Carlos I, em torno do Hyde Park (Thomas, 1988, p. 245)¹⁷⁸, aspectos que devem ser analisados sob a perspectiva da história da paisagem (Corbin, 2001). A qualificação de insalubre aplicada a propriedades “obstruídas por árvores”, predominante no século XVII (Thomas, 1988, p. 249), foi compreendida como cultivo aristocrático, misturando o sensório ao lucro, substituindo a afirmação social por um senso estético elevado e, mesmo, patriótico. Escreve Thomas: “As árvores haviam deixado de ser um símbolo de barbárie ou uma mera mercadoria econômica: tinham-se tornado parte indispensável do cenário da vida da classe superior.” (1988, p. 250).

No final do século XVIII e início do XIX, as árvores estão fortemente presentes nas artes, em livros, poesias e pinturas. Conjuntura de forte contribuição do Romantismo alemão e aproximação entre razão e sensibilidade com Shiller, Goethe, além, e sobretudo, da efervescência da Filosofia da Natureza de Alexander Von Humboldt, em seu cientificismo e aprimoramento do conceito de paisagem (Silveira, Vitte, 2018).

Manifestos poéticos contra o corte de velhas árvores evoluíram para uma visão de idolatria das árvores nessa era romântica, quando chegaram a ser vistas como “os primeiros templos de Deus”, na América do século XIX pelos transcendentalistas (Thomas, 1988, p. 258). Na aristocracia inglesa, as árvores não raro eram simbolizadas nos retratos

178 Segundo Roy Porter (2000), a área equivalente ao Hyde Park foi adquirida em 1536 pelo rei inglês Henrique VIII. O Hyde Park foi somente inaugurado em 1637, pelo rei inglês Carlos I.

de famílias como ramificação de gerações, representando “as grandiosas mansões da Inglaterra” que faziam referência às “árvores ancestrais” da nobreza, em que o corte de uma árvore-símbolo por vingança ofenderia a honra da linhagem. Tornava-se comum entre os lenhadores e jardineiros a terminologia antropomórfica sobre a condição da árvore. Os poetas expressavam-se em relação às árvores como a “uma hierarquia análoga à que vigia na sociedade humana” (Thomas, 1988, p. 260-262).

As leis, para quem prejudicasse uma árvore, tornavam-se mais rigorosas; mesmo o hábito de aparar as árvores foi condenado e considerado ato repugnante no leste da Inglaterra (declaração de Arthur Young), ou, como pregava o poeta escocês James Grahame, “o livre crescimento das árvores simbolizava a liberdade do homem inglês em geral” (Thomas, 1988, p. 264).

Como pondera Luc Ferry, é no próprio Ocidente que os seus delitos passam a ser considerados e punidos (Ferry, 2009, p. 33). Complexo movimento deste universo moderno em seu poderio de industrialização e modernização! Mostra o autor que é na própria cultura ocidental que a atenção dirigida à natureza será produzida e decorrerá no âmbito de projetos democráticos que incentivam as reivindicações de direitos humanos, como os direitos à vida, ao descanso e aos lazeres, à saúde e ao cuidados médicos, etc., “tão características da relação moderna dos indivíduos com um Estado liberal que se tornou protetor” (Ferry, 2009, p. 34).

O tempo e a árvore da vida

A relação da vida com as árvores está presente em muitos mitos, significando nascimento e fertilidade. Assim como os astros, empresta harmonia dramática ao tempo cíclico. Entre outros mitos, o das três árvores, “tal como aparece em certos evangelhos e apocalipses apócrifos, não é mais que um duplicado do mito das três idades” (Eliade, 1974, p. 254), presente em muitas representações, como na pintura de Rembrandt, em *As três árvores – 1643*, significando vida.

Pertencendo ao regime noturno no quadro isotópico das imagens (Durand, 1989, p. 83), a figura da árvore revela uma estrutura sintética e dialética, portanto, constitucionalmente ambígua. Tema dos devaneios naturais em Bachelard, este pondera que o ciclo dos astros é reproduzido

pelo vegetal, isomorfo do ritmo: “O tempo, na formação do mundo, é representado na árvore cosmológica, a imagem primeira, a imagem ativa, que produz todas as outras imagens” (Bachelard, 2001, p. 223-228). Estamos tratando do simbolismo vegetal que, em suas múltiplas epifanias, “contamina toda a meditação sobre a duração”, que testemunha a passagem do tempo, do nascer ao morrer (Durand, 1989, p. 203).

Nas árvores, sempre associadas a águas fertilizantes, prepondera a verticalidade, que simboliza a vida. Na tendência a sublimar-se, ao verticalizar a sua mensagem simbólica, a imagem da rítmica cíclica é facilmente confundida com a fantasia progressista (Durand, 1989, p. 232). Em termos bachelardianos, por sua verticalidade, “a árvore cósmica humaniza-se e torna-se símbolo do microcosmos vertical, que é o homem” (Bachelard, 2001, p. 207 e 229).

A falácia do tempo “vertical” e as cidades modernas

Problematizo a fundação das cidades modernas configuradas sob o reino messiânico das aspirações verticalizantes e progressistas, negando a reciprocidade cíclica, a contradição, a inversão, a queda, a crise, paradoxos singulares no mundo ocidental.

O processo de domesticação da natureza - guiado pelos gestos fundacionais das cidades - emerge marcado pelo culto ao progresso. As cidades modernas mostram sua face contraditória, evidenciando que os valores do individualismo progrediram em compasso com as lógicas hierarquizantes e opressoras, produzindo, na esteira do capitalismo industrial, a exclusão, a segregação e o empobrecimento de populações concentradas nos contextos urbanos, condições essas teorizadas sob a lupa da ecologia urbana dos anos 40 e 50, formada por intelectuais da chamada Escola de Chicago e pioneiros nos estudos da sociologia e da antropologia da cidade.

O mito do progresso relaciona a consolidação das cidades à modernização econômica, urbana e social, recheada de inovações políticas, culturais, técnicas e tecnológicas, gestando novas formas de sociabilidade e ordens espaciais com o predomínio de discursos hegemônicos conservadores com respeito à manutenção das estruturas de poder local, mas abertas à circulação de ideias globais progressistas. Emerge, dessa

perspectiva, a agitação do pensamento crítico na figura de movimentos de contestação, que compreendem mudanças na produção e na correlação de forças internacionais. Tempos de consolidação de um campo científico e de avanços teóricos para desvendar as contradições, os antagonismos e as desigualdades de uma sociedade urbana, segregada e hierarquizada, fato verificado em nossa história, do Brasil colônia à República.

Minha terra tem palmeiras

A Canção do Exílio, de Gonçalves Dias, de 1857, ufana uma natureza *brasiliensis* que escamoteia o sopro da destruição denunciada na obra de José Augusto Pádua (2002) sobre o pensamento político e a crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888). A depredação no Brasil colônia do ecossistema florestal é ritmada por ciclos extrativos e agrícolas (madeira, ouro, açúcar, algodão, café, borracha, cacau, soja, etc.). A devastação ambiental da linha brasileira litorânea onde, em especial, emergiram os núcleos urbanos, arrasou mangues, arroios, florestas, colinas, matagais, etc., operada pela lógica dos colonizadores de estabelecer, pela exploração direta da natureza e pela domesticação ambiental, a conquista de riquezas e a consolidação do poderio explorador. A destruição ambiental “foi um elemento constitutivo da própria lógica da ocupação colonial do Brasil” (Pádua, 2002, p. 79).

Em nome do triunfalismo do progresso, somavam-se aos males do escravismo os problemas da monocultura. Os perigos da falta de diversidade agrícola, da extravagância da devastação e do esgotamento foram representados na literatura e nas artes antiescravocratas. Pádua analisa a obra escrita de José Bonifácio (1763-1838) para encontrar em sua postura um projeto cultural das “luzes” (Pádua, 2002, p. 13) e a emergência de uma política conservacionista ambiental. O princípio pedagógico iluminista de José Bonifácio considera a destruição dos recursos naturais, como o impacto do desflorestamento, em suas imbricações socioeconômicas. Todavia, o faz sob uma perspectiva conservadora. Sua política propunha uma ação pública enérgica, mesclando “o intervencionismo da tradição pombalina com os novos argumentos científicos que então afloravam, especialmente a partir da economia da natureza”

(Pádua, 2002, p. 141), aproximando a racionalidade teórica da ciência à racionalidade prática da ação política.

O escandaloso tráfico e os maus tratos contra os índios e negros eram cantados na poética da destruição, como a crítica de Manoel de Araújo de Porto-Alegre, de 1845, considerado na análise de Pádua como de uma estética do sofrimento individual e subjetivo, “uma espécie de dor estética pela destruição de algo imensamente belo e generoso”, como bosques, rios, almas (Pádua, 2002, p. 162). A crítica à destruição ambiental emerge vinculada a uma política sanitária, que consistia na elaboração de planos gerais de salubridade para as cidades, como percebe o autor na análise dos trabalhos da Academia Imperial de Medicina, entre 1830-1850. De acordo com esse plano de salubridade, a valorização do meio natural constituía a base teórica do patriotismo naturalista do pensamento médico brasileiro, e de um conjunto da elite intelectual, a favor do potencial de civilização dos trópicos, como previam as teses de Humboldt em seus *Quadros da natureza*, de 1808 (Pádua, 2002, p. 182-183).

Na guinada dos ciclos extrativistas para a égide do avanço da liberdade comercial e industrial, as cidades brasileiras modernizam-se sob a lógica positivista de aperfeiçoamento do processo civilizador, como na obra do engenheiro e naturalista Guilherme Capanema, que via no colapso das antigas civilizações, pela destruição florestal, o alerta para a sociedade brasileira e sugeria ao Brasil imperial a adoção urgente de uma política de plantio de árvores, provocando a fundação, em 1860, do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura, que levanta o problema florestal urbano na capital do II Império (Pádua, 2002, p. 210-217). O plantio de árvores em áreas urbanas consolida-se relacionando sistematicamente mananciais de água e salubridade pública.

A nova ordem ecológica

A partir dos anos 1970, podem-se caracterizar as mudanças de ordem mundial que promovem um diálogo sobre a responsabilidade humana em face da destruição da biodiversidade (conceito criado na época), desgastada pelos interesses consumistas. Pesquisadores cientistas do mundo inteiro anunciam a crise ambiental causada pelos altos níveis

de poluição e pelo esgotamento dos recursos naturais em razão ou em função da lógica da produção capitalista sobre o planeta Terra, e anunciam a urgência do debate sobre o princípio de responsabilidade dos Estados-nação. Na propagação da crise ecológica global, acirra-se um embate entre novos atores sociais (que sustentam um processo de politização da ecologia) e os donos do poder, obcecados, em seus modelos desenvolvimentistas, por planejamentos urbanos de ordem consumista, caracterizados pela insustentabilidade ambiental.

O despertar do “espírito crítico” (Bachelard) ecológico acende-se com a valorização das teorias em prol da duração da vida no planeta Terra, como a “ecologia cultural”, de Julien Stewart no início dos anos 60 (Harris, 1979), a “teoria de Gaia”, de James Lovelock (1988), da *autopoiesis*, de Francisco Varela e Humberto Maturana, nos anos 70 (Maturana e Varela, 2001, 2013), da “ecologia do espírito”, de Gregory Bateson, de 1977, “da ecologia complexa”, de Edgar Morin (1977, 1980), do “contrato natural”, de Michel Serres, de 1990 e, sintetizando, de uma antropologia apoiada na reflexão relacional inaugurada pelo mestre Claude Lévi-Strauss, a teoria do perspectivismo (Viveiro de Castro, 2020), e, por fim, uma “nova ordem ecológica” (Ferry, 2009). Ao nível de uma política internacional, emerge uma ação global institucionalizada pelas Conferências das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente. Sob esta lógica de negociação mundial, os Estados-nação passam a agenciar protocolos que tangem o direito internacional com questões sobre a biodiversidade, como a Eco 92, ocorrida no Rio de Janeiro, em que foi assinada a “Agenda 21”¹⁷⁹.

Porto Alegre nos tempos fundacionais

A cidade de Porto Alegre, desde cedo, recebeu fortes incentivos para a arborização urbana, seja no centro histórico, seja ao longo dos eixos radiais em direção ao Sul, ao Leste e ao Norte, conectando o centro à ponta rodeada pelo lago Guaíba. A localidade que viria a se tornar a capital do estado foi formalmente fundada em 26 de março de 1772, após a chegada de 60 famílias açorianas. Estas se instalaram perto das

179 Sobre a Agenda 21, sugerimos <https://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/agenda-21>

águas do rio e fundaram o Porto dos Casais. Desde os tempos imperiais, a localidade foi dividida entre distritos de diferentes vocações - seja a comercial, seja a industrial - e arrabaldes rurais, com forte centralidade em torno da Praça da Harmonia (hoje Praça da Matriz).

No século XIX, as aquarelas e fotografias mostram uma vegetação rala nas áreas nobres construídas: palácio do governo, igrejas, arsenais, ópera. No entanto, as praças proliferam - Alfândega, XV (quinze), Redenção - com plantio de árvores.

O início do século XIX, de 1830 a 1845, foi agravado pela oposição das forças revolucionárias republicanas no sul do Brasil contra o Império. A força revolucionária, na carismática figura de Bento Gonçalves, teve domínio sobre Porto Alegre de 1835 a 1836, quando foi retomada pelo Conde de Porto Alegre, segundo o cronista Francisco Riopardense de Macedo (1999).

A imagem em frente ao palácio do governo mostra a visita de dom Pedro II, em agradecimento à lealdade imperial. Mas o ar republicano estava se aproximando. Em 1888, foi declarada a Lei Áurea, com a libertação dos escravos e a Proclamação da República, esta, em 1899. O estado do Rio Grande do Sul tinha seu cenário modificado, principalmente, pela forte imigração. Na capital, “o progresso” instalava-se com a abertura de centros industriais e comerciais, com a aceleração das exportações pelo porto local, com o aumento do equipamento urbano, especialmente de transporte, com a instalação do bonde e, por fim, com a rede rodoviária e ferroviária, que completavam a intensificação da vida cultural.

A cidade republicana apoiava-se na ideologia positivista de “ordem e progresso” sob o governo do presidente estadual Júlio de Castilhos, seguido por Borges de Medeiros e pelo planejador de política urbana, José Montaury. Nas iconografias apresentadas na coleção de Fernando Cacciatore de Garcia publicadas no catálogo intitulado *Paisagens de Porto Alegre* (comemoração aos 243 anos de Porto Alegre, em 24 de março de 2015), a presença de arvoredos entre os casarios baixos é destaque, como na obra de 1899 do viajante Otto Dinger. Em primeiro plano, as *lavadeiras na Praia do Riacho*, lavam no lago e estendem as roupas sobre pedras. Algumas árvores e arbustos entre as casas mostram a pitoresca paisagem de um nascente povoado. Na pintura de Francisco Bellanca

intitulada *Ponte do Riacho*, da década de 1920, a paisagem é tomada de árvores. Na tela de S. Egly, a *Ponte do Riacho* na Rua da Figueira, de 1935, é cercada de árvores. O grafite de Luiz Maristany de Trias, de 1940, intitulado *Ponte de Pedra do Riacho*, traz igualmente forte presença de arbustos e de arvoredo com casas nas proximidades e postes de eletricidade.¹⁸⁰ De 1942, o grafite de Trias representa o *Lago do Parque Farrouvilha*, a paisagem é predominantemente arborizada, com plantas típicas de proximidade da água, em contraste com seu grafite anterior, de 1939, da *Rua Senhor dos Passos, Praça Dom Feliciano*, onde predominam os plátanos. Apreciei, do mesmo artista, os grafites que representam o *Bairro dos Alemães*, nos entornos do clube Sogipa, que registram a presença de árvores e jardins. Outro retrato do autor, de 1942, traz uma árvore vistosa a beira do lago no *Bairro Praia de Belas* e uma população em seu lazer de passear para apreciar a paisagem. O grafite *Casarios* na Praça da Cidade Baixa, de 1941, mostra arbustos e arvoredos densos. Interessante é o volume de arvoredos do *Bairro Terezópolis*, em grafite de Luiz M. de Trias, de 1940. É neste bairro que encontro a informação sobre a Festa da Árvore na Praça Guia Lopes, de 1911. Segundo dados do historiador Sérgio Costa Franco, nesse ano a Intendência Municipal cuidou da arborização, conforme sua consulta ao Jornal do Comércio de 12 de agosto de 1911: “Terminou ontem a plantação das árvores da Avenida Terezópolis, local onde se realizará no dia 7 de setembro a Festa das Árvores. Foram colocados 280 pés de plátanos” (Franco, 1988, p. 401). A Festa da Árvore rendeu um monumento dedicado à sua preservação, que ainda se encontra na Praça Guia Lopes.

A cidade mais arborizada do mundo

Todo porto-alegrense sabe: Porto Alegre, hoje com 1.472.482 habitantes, é a capital mais verde do Brasil, embora a mesma frase possa

180 Segundo Sérgio da Costa Franco (1988) o Conde da Figueira, governador da Capitania entre 1818 e 1820, mandou abrir o “Caminho de Belas”, atual Avenida Praia de Belas, ainda não havia ponte no Riachinho – atual Arroio Dilúvio - para ligar as chácaras ao centro da cidade. No governo do Visconde de São Leopoldo foi construída uma ponte de madeira sobre o Riacho, junto à sua foz no Guaíba, um pouco mais abaixo da atual Ponte de Pedra. Essa primeira ponte de madeira sofreu repetidos danos e passou por várias reconstruções, em 1830, depois da enchente de 1833 e em 1844. Em 1846, durante o período de pacificação da província rio-grandense, o Conde de Caxias, então presidente, decide construir uma nova ponte, de pedra, na embocadura da Rua da Figueira, lugar mais favorável ao trânsito público. Foi aberta ao público em 1848, ainda em obras, possibilitando o fechamento da ponte de madeira. Um século mais tarde o riacho foi retificado e a ponte transformada em monumento, tombada pelo município em 1979.

ser escutada a respeito de outras capitais, como João Pessoa, capital da Paraíba. Outro *leimotiv* divulgado nas redes sociais é que Porto Alegre tem a rua arborizada mais linda do mundo, sugestão original do *blog* português *A sombra verde*. Esta referência vem acompanhada de fotografias da rua Gonçalves de Carvalho.

O tunel verde de tipuanas da rua Gonçalves de Carvalho chama a atenção por sua imponência em um bairro (divisa dos bairros Independência e Floresta) caracterizado por prédios altos, institucionais ou residenciais, e um *shopping* de grandes proporções, instalado em espaço revitalizado onde funcionou uma antiga cervejaria, num prédio original de 1873 (sendo a última empresa a Brahma). O asfalto, neste trecho, não foi implantado, e sobrevivem os paralelepípedos que dão maior vazão à água da chuva, o que ajuda na preservação.

A fama da rua com suas tipuanas deve-se ao artista plástico Cesar Cardia, por conta do *blog Amigos da rua Gonçalves de Carvalho* (Cardia, 2018). Este *blog* se dedica à preservação das árvores, iniciado em 2005, quando uma empresa tentou construir um estacionamento no local, ameaçando cortar algumas delas. Os moradores locais, a Associação dos Moradores e Amigos do Bairro Independência (AMABI), sob a liderança do dentista Haeni Ficht, organizaram-se em um movimento de resistência. Este evento resultou no tombamento do conjunto de árvores. Foi decretado Patrimônio Histórico, Cultural, Ecológico e Ambiental do município em junho de 2006. Desde então, a associação pela preservação é mantida.

Para o militante ambientalista Cardia, líder da associação do bairro após o falecimento do dentista Ficht, estas árvores foram plantadas por moradores cerca de 70 a 100 anos atrás. Já em outras referências, as mais de cem árvores do gênero tipuana, enfileiradas em aproximadamente 500 metros de calçadas, teriam sido plantadas no final da década de 1930 por trabalhadores de origem alemã, empregados na antiga cervejaria local.¹⁸¹

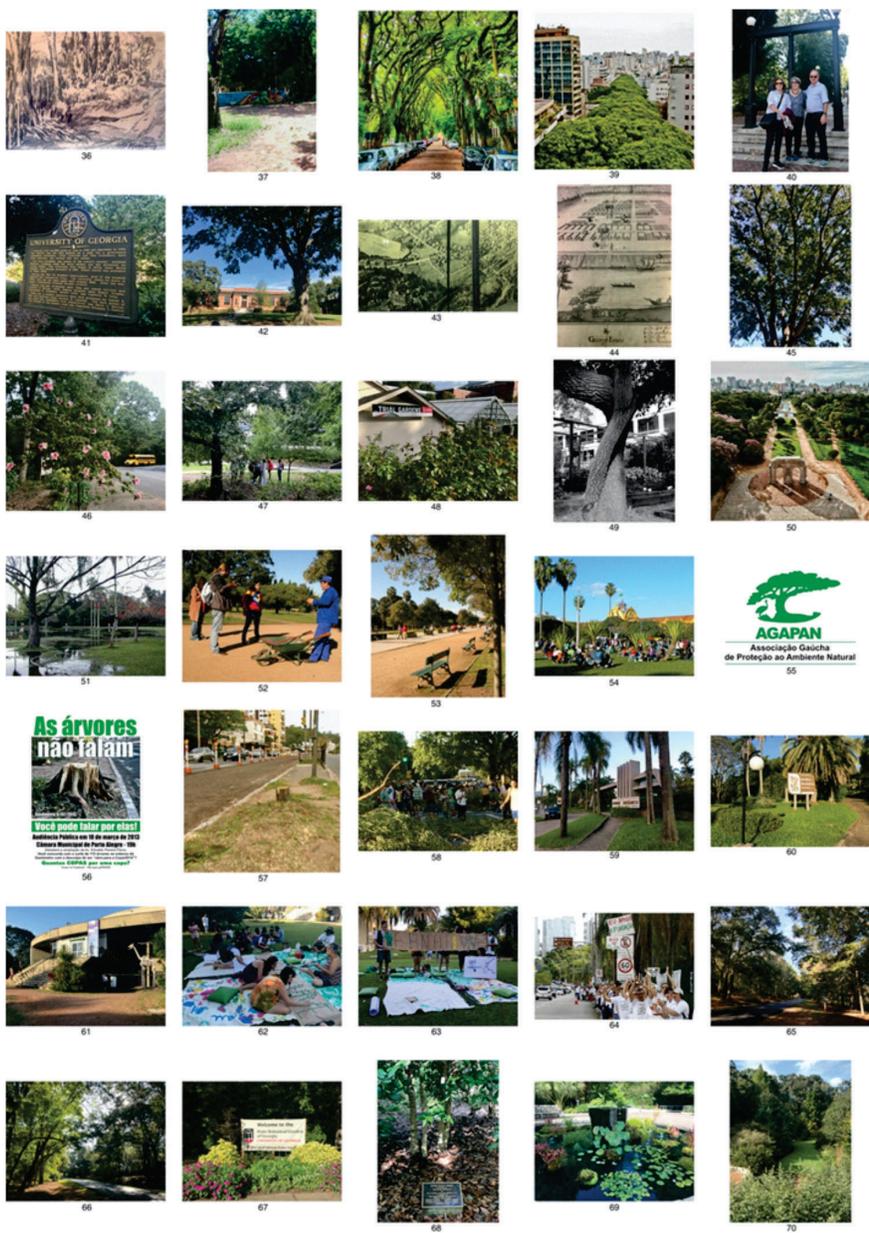
As reformas urbanas predominaram no século XX. Os prefeitos que se sucederam no Partido Republicano Rio-Grandense (José Montauru, Otávio Rocha, Alberto Bins) seguiam o tripé hausmaniano de

181 Rua mais bonita do mundo fica em Porto Alegre. SBT, 24 de agosto de 2011; Rua de Porto Alegre ganha fama de 'mais bonita do mundo'. Folha de S. Paulo, 11 de setembro de 2011; O comerciante Gonçalves de Carvalho; Rua Gonçalves de Carvalho é Patrimônio de Porto Alegre. Jornal Já, 7 de junho de 2006.

urbanização, favorecendo a modernização, ao mesmo tempo, dos transportes, do saneamento e dos equipamentos urbanos. Em Porto Alegre, um plano elaborado pelo engenheiro-arquiteto João Antônio Maciel (1914) acelerava a expansão dos sistemas viários (Ferraz, 2000). Os planos de expansão sucediam-se e recebiam atenção paisagística com a plantação de palmeiras-da-califórnia e jacarandás, na Avenida Bom Fim (Osvaldo Aranha), nos anos 1940, que ladeia o Parque Farroupilha, bem como com a arborização nas demais vias, como na Avenida João Pessoa (Franco, 1988).

Como outras cidades modernas, Porto Alegre foi marcada pela gestão de governos positivistas que se sucederam, mesmo que não hegemônicos, dados os expressivos movimentos de oposição. Os investimentos urbanos são de toda ordem, implicando empréstimos externos e dívidas enormes por equipamentos urbanos importantes para a expansão de um crescente desenvolvimento industrial e comercial. Algumas administrações se destacaram no plantio de árvores, como o comprovam o 1.150.000 árvores da gestão de Guilherme Socias Villela (anos 1970).

Hoje, a política de árvores segue o Plano Diretor de Arborização Urbana da Prefeitura Municipal, com controle do inventário por parte do Conselho Municipal do Meio Ambiente (COMAM, 2020).



Uma cidade com vocação ambiental

Pesquisando sobre a fundação da cidade de Athens, encontramos, no livro de Ernest C. Hynds (2009, p. 9), referenciado o ano 1806 como a data em que foi elevada à categoria de cidade, com um governo composto por uma comissão de três membros. Passando o pórtico do *campus* da Universidade da Geórgia, ao lado de um prédio milenar (*Old College*), encontramos uma placa em que constam informações sobre o terreno cedido pelo Estado americano em 1784, de 40.000 acres de terra, para o funcionamento de uma universidade. Assim, em 1785, foi fundada a Universidade da Geórgia, bem antes da fundação da cidade. Os dizeres na placa informavam, ainda, que esta territorialidade teria sido pioneira na qualidade de concessão pelo governo para o funcionamento de uma universidade, sendo o primeiro presidente, e autor do estatuto da escola, em 1976, Abraham Baldwin. Uma cidade, portanto, com forte vocação educacional, tendo iniciado, nos diz o Prof. Nelson, com a formação em Agricultura, depois Direito e Arte Mecânica. Mas, a esta, juntou-se, sem dúvida, a vocação ambiental.

Na entrada da biblioteca principal, deparamos-nos com mapas antigos, datados do período da fundação da universidade. Um rio navegável (*Oconee River*) sobressaía-se e poucas casas esparsas estavam representadas, tanto quanto uma rara vegetação. Já a pintura panorâmica do artista plástico Albert E. Downs, no museu da universidade, representa uma imagem mais arborizada da cidade em sua fundação, ladeada por áreas de mata no entorno do Lago Pirraeus. Na monografia de Thomas Reed, de 1949, encontramos referência à colônia de Athens, apresentando espessa floresta. Hynds noticia que, em 1991, Athens mudou sua razão social para Athens–Clarke County, atualmente com cerca de 217.000 habitantes, sendo uma referência nacional como cidade universitária.

Na biblioteca da UGA, buscamos informações sobre uma política pública favorável ao plantio e à conservação do patrimônio das árvores comunitárias. Na mapoteca, uma atenciosa professora de Geografia, aposentada, apresentou-nos inúmeros mapas antigos da cidade, sempre com acentuado índice de árvores. Esclarecia-nos a professora haver na localidade um programa especial de políticas públicas relacionadas ao cuidado comunitário das árvores. Buscamos, então, informações na

própria prefeitura, onde uma recepcionista orientou-nos que encontraríamos todas informações no *site* do condado - <https://athensclarkecounty.com/>>. Nele achamos os dados sobre o Departamento de Planejamento e o item “Portaria de gerenciamento de árvores”.

De fato, o *site* é muito completo com informações sobre as árvores comunitárias, pois contém os documentos que gerenciam as árvores da comunidade do condado de Athens-Clarke. A portaria sobre as árvores foi emitida em 2005 pela prefeitura e pela Comissão do Condado de Athens-Clarke, para proteger este recurso natural vital “por seus benefícios ambientais, sociais e econômicos” e com a intenção de regulamentar quantidade, qualidade e distribuição de árvores na cidade.

A Escola Florestal e de Recursos Naturais

O *campus* da Universidade da Geórgia, em Athens, é de grandes proporções. Entre as escolas que nos interessavam visitar (por sua relação com ecologia, e meio ambiente), optamos por conhecer mais de perto a Escola Florestal e de Recursos Naturais Daniel B. Warnell. Na portaria, simpáticas secretárias atenderam-nos e nos forneceram-nos um *folder* e informações de um *site*. Consta nele que a escola foi fundada em 1906; que prepara líderes na conservação e gestão sustentável de florestas e outros recursos naturais renováveis, “usando as mais recentes tecnologias para aplicações no mundo real”.

Na saída, sentamos em um banco e ficamos assistindo a uma aula ao ar livre. Em frente a uma árvore de média proporção, a professora orientava sobre suas características. Pegou uma folha na mão e, após explicações, entregou-a aos alunos, que a passavam de mão em mão; outros pegavam folhas no chão e faziam suas observações. Folhas no chão havia em abundância; afinal, estávamos no outono.

No folheto sobre a faculdade, podíamos ler que ali o estudante aprende a gerenciar árvores individuais ou pertencentes a comunidades, a florestas e a espaços verdes, públicos e privados. A formação é em Engenharia Florestal, com ênfase em Árvores Comunitárias. O profissional ali aprovado passa a operar como especialista, avaliando árvores em centros urbanos, realizando planejamentos comunitários e projetos relacionados a árvores que envolvam educação ambiental na comuni-

dade. Também pode especializar-se em Direito Ambiental, no desenvolvimento de leis para a proteção de árvores, aplicar-se à formação de líderes locais para proteger e manejar as árvores de maneira sustentável. Outras especializações são voltadas às áreas rurais e suburbanas.

Além disso, no contexto urbano, o estudante pode especializar-se em árvores que crescem em desfiladeiros urbanos, em ruas, rodovias, pátios, parques, cemitérios, escolas, passagens, em rotas de serviços públicos e edifícios. Por meio do conhecimento da biologia e da fisiologia das árvores, de sua biomecânica, de manutenção, cuidados com a saúde e avaliação de risco. Consta no referido site que:

[...] os arboristas abordam a gama de desafios enfrentados pelas árvores em ambientes restritos de engenharia humana. Os arboristas também usam novas tecnologias para melhorar a eficácia e a segurança no trabalho, como tecnologia de *drones*, *software* e dados de análise espacial e dispositivos de medição de resistência.

Nesse site consta ainda uma ampla lista de mercado de trabalho em contextos urbanos e rurais. Os graduados podem receber o certificado da *International Society of Arboriculture*. Entre as várias disciplinas, algumas eram desenvolvidas no Jardim Botânico do Condado. Decidimos então fazer uma visita “etnográfica” a este parque.

O maior parque da América Latina nos tempos modernos

Hoje, 2020, estou com 64 anos. Quando eu era criança, à época no terceiro ou quarto ano primário, encontrava nos livros de Geografia informações sobre ser o Parque Farroupilha, o maior da América Latina. Este recebeu várias denominações ao longo de sua história: Campos da Várzea do Portão (1807), Campo do Bom Fim (1867), Campo da Redenção (1884) e Parque Farroupilha (1935). Há muito, o famoso parque perdeu este título, mas continua um importante patrimônio verde que mitiga o impacto da poluição do ar nesta área da cidade, por muito tempo apelidado de pulmão de Porto Alegre.

Originalmente um curral de gado (e campo de treinamento militar), o potreiro da várzea foi promovido a características de parque para

receber a Mostra Estadual de 1901, nos moldes das grandes exposições parisienses. Ganhou melhorias no já citado plano Maciel, de 1914, mas foi em 1927 que recebeu um projeto de ajardinamento sob a denominação de Parque Paulo Gama (um roseiral), sob os auspícios do intendente Otávio Rocha. Na gestão do prefeito Alberto Bins, foi contratado, em 1928, o urbanista francês Alfredo Agache, com um robusto projeto de ambientação, com plantio, lago, eixo de passeios, etc. De setembro de 1935 a janeiro de 1936, ocorreu a exposição comemorativa do Centenário da Revolução Farroupilha, um evento inaugurado pelo presidente do Brasil, Getúlio Vargas, entre outras autoridades. Na ocasião, recebeu uma nova razão social, a de Parque Farroupilha (Decreto Municipal 307/35). A sua jardinagem, desde então, é constante. Em 3 de janeiro de 1997, foi registrado pela prefeitura de Porto Alegre como espaço público destinado, além de lazer, feiras livres (Feira Ecológica, Brique da Redenção), festas e manifestações públicas (Maciel, 2014; Lima, 2016).

Zona de alagamento, e até mesmo de coleta de lixo no século anterior, nunca deixou de ser um terreno disputado entre governo e especulação imobiliária. Dos 69 hectares originais, seus limites atuais são de 35,7 hectares, com 45 monumentos em seu interior. Alguns desses espaços são ocupados pela universidade, pela escola, por auditório, mas também por posto de gasolina e comércio. Em 1941, foram implantados jardins com árvores e um recanto (Oriental, Europeu, Alpino e Solar) (Germani, 2016). Também abrigava um pequeno zoológico, extinto há alguns anos.

Registros (*site* PMPA, 2018) indicam que, especificamente no Parque Farroupilha, existem cerca de 10.000 árvores, contando, dentre elas, espécies nativas brasileiras e regionais. Muitas são espécies nativas, como a *Erythrina cristagalli* L. (corticeira do banhado), a *Phytolacca dioica* L. (umbu ou imbu), a *Erythroxylum deciduum* A.St.-Hil. (coção), a *Schinus terebinthifolius* Raddi (aroeira vermelha), a *Eugenia uniflora* L. (pitanga), o *Butia* sp. (butiá) (Lima, 2016). Existem também plantas exóticas (como *Eucalyptus*, *Platanus x acerifolia* e *Washingtonia*), mesmo que desaconselhadas pela Comissão Nacional do Meio Ambiente, por influência do evento paradigmático “Rio de Janeiro, Cúpula da Terra”, de 1992.

Sujeita a intensas controvérsias sobre cercamento, ou não, do parque, de tempos em tempos esta polêmica volta ao debate, promovida por associações de bairro, prefeitura, imprensa, etc., devido à insegurança para a pessoa física, por um lado, e à depredação de inúmeros monumentos, como o auditório Araújo Vianna, e do patrimônio vegetal. O parque segue em sua vocação paisagística, somada a outras concepções que habitam nosso imaginário, como contexto de feiras ecológicas, de movimentos sociais e/ou, simplesmente, como importante área de lazer e de preservação ambiental, como mostram as imagens que produzimos em exercícios etnográficos, desenvolvidos pelos estudantes de pós-graduação em Antropologia Visual, disciplina que lecionamos em 2009. Na ocasião, nossos/as estudantes entrevistaram frequentadores e trabalhadores do parque, produziram fotografias, filmes e sons ao longo de uma semana.

Se o Parque Farroupilha (ou Redenção) é o mais emblemático da cidade, mais outros sete se destacam no patrimônio vegetal, como o Parque Moinhos de Vento e o Parque Marinha do Brasil, além de 617 praças e 3 unidades de conservação sob a administração da Secretaria Municipal do Meio Ambiente da prefeitura municipal de Porto Alegre¹⁸².

Movimento ambiental em Porto Alegre

Pesquisando sobre manifestações contra cortes de árvores em Porto Alegre, chegamos, entre outras entidades, à Associação Gaúcha de Proteção Ambiental. Esta é emblemática para referir-nos ao movimento ecológico gaúcho em sua política de vigilância e de denúncia contra agressões ambientais. Um dos gestos de resistência foi a denúncia do corte de 3.650 árvores, em 2017, realizado pela Secretaria Municipal, sem atender às normas do licenciamento ambiental, ou contrariando-as. O licenciamento ambiental é previsto em lei; ora, a gestão da conservação ou de corte de árvores é incumbência da Secretaria Municipal do Meio Ambiente, criada em 1976, com a função de supervisionar e fiscalizar áreas públicas, como praças, parques, jardins e ruas, mas também áreas privadas.¹⁸³

¹⁸² Os parques em bairros distanciados, mais importantes na conservação, são o Morro Santana, o Parque Saint-Hilaire e a reserva biológica do Lami. Nestes parques, as espécies nativas e, em especial, as frutíferas, são predominantes.

¹⁸³ As ações seguem a Seção VII, da Lei Complementar nº 757/2015, que regula os procedimentos para poda e supressão de árvores em áreas privadas. http://www2.portoalegre.rs.gov.br/smam/default.php?p_secao=122.

A AGAPAN continua sendo uma referência nacional no que tange ao movimento ambientalista. Em sua trajetória, sobressai-se o nome de um ambientalista que fez história, e que está muito presente na memória dos porto-alegrenses envolvidos com a questão ecológica. Trata-se de José Lutzenberger (1926-2002), um dos fundadores, junto com um grupo de ecologistas do primeiro organismo não governamental em prol da ecologia, na luta pela questão ambiental. Foi criada em 27 de abril de 1971, vindo ele a ser eleito como seu primeiro presidente, e Augusto Carneiro, o primeiro secretário. Nela militavam igualmente Magda Renner e Hilda Wrasse Zimmermann. Tempos depois, Lutzenberger foi substituído na presidência por Flávio Lewgoy, referência na luta contra poluentes. Em 1987, Lutzenberger fundou um grupo chamado Gaia, com foco em questões globais e, um ano depois, ganhou do New York Times o prêmio *Right Livelihood*, em reconhecimento ao seu trabalho.

O foco principal de sua fundação era opor-se aos cortes e podas indiscriminados. Este militante logo se tornou famoso tanto na luta contra o uso de agrotóxicos, como na produção de moranguinhos e na contestação contra a empresa de celulose Borregaard, instalada na vizinha Guaíba e cujas chaminés propagavam uma fumaça e um cheiro horrível em toda a Porto Alegre. Jamais esquecerei daquele cheiro que se apoderava de toda a cidade. Eu acompanhava os feitos deste ambientalista na imprensa, honrada em ser sua vizinha e de poder passar todos os dias em frente à sua casa, onde havia uma placa com o seu nome.

Uma ema ao lado de uma árvore continua ainda hoje a ser a marca da entidade, simbolizando sua luta pela flora e a fauna. Não há artigo, estudo, tese sobre ambientalismo sem referência a este líder, como a tese de Isabel Carvalho (2001), intitulada *A invenção do sujeito ecológico*; a tese de Elenita Pereira (2016), *A ética do convívio ecossustentável, esta uma biografia de José Lutzenberger*. Uma biografia, claro, não sem dilemas e conflitos, em especial ao ocupar o cargo de ministro de Estado no governo Collor (1990-1992). Mas sua militância deixou rastros, como a fundação da Secretaria Estadual do Meio Ambiente e Infraestrutura (SEMA), instituída em 1999, órgão central do Sistema Estadual de Proteção Ambiental (SISEPRA). O cartum de Luís Carlos, publicado no jornal local Zero Hora, Porto Alegre, de 19 de maio de 1979 (APJL),

sintetiza o papel que Lutz, como era chamado pelos mais próximos, desempenhou na luta ambiental. No desenho, carrega uma árvore nos braços, enquanto foge de homens armados de machados.

A copa do mundo que cortou árvores

Tempos de Copa do Mundo, anos 2013 e 2014, a cidade de Porto Alegre preparava-se para ser sede de jogos do campeonato mundial. O planejamento urbano previa, sobretudo, viabilizar um eixo viário para a fluidez do trânsito entre o aeroporto, situado na Zona Norte, e o estádio de futebol, localizado em direção à Zona Sul, passando pelo centro da cidade. A urbe foi tomada de reformas urbanas.

Para duplicar uma avenida que liga o centro ao estádio de futebol, a prefeitura previu o corte de 115 árvores de grande porte para o alargamento da pista. Ainda em janeiro de 2013, iniciou o corte das primeiras árvores. Um grupo de ambientalistas, em sua maioria jovens, passou a acampar no local para impedir a destruição de mais árvores. Em 29 de maio daquele ano, porém, durante a madrugada, um batalhão de policiais entrou no acampamento e prendeu os manifestantes. Ainda pela madrugada, foi iniciado o corte. O barulho das motosserras invadiu a noite. Mesmo sob protesto dos moradores, 100 árvores foram cortadas. Em março 2014, mais oito foram suprimidas sob a palavra orgulhosa de ‘missão cumprida’ do secretário de Gestão, Urbano Schmitt.¹⁸⁴

Nesse período, coordenei um projeto de Antropologia Visual com os pesquisadores do Núcleo de Antropologia Visual, em que percorremos as ruas que receberiam (2013), e receberam (2014), a intervenção de reformas. Com a metodologia a que denominamos de Etnografia de Rua: fotografamos, filmamos e gravamos, em diferentes e várias ocasiões, os eixos viários em transformação. Nosso projeto consistia em captar através de imagens o processo de destruição criativa e de criação destrutiva (expressão de Joseph Schumpeter) nos eixos viários previstos para receber o evento futebolístico. As imagens das áreas devastadas pelas reformas da copa fazem parte do nosso acervo e foram divulgadas em exposições fotoetnográficas intituladas *Os ritmos de construção destrutiva*

184 Refiro-me ao artigo publicado no *site*: <http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2014/03/prefeitura-de-porto-alegre-corta-ultimas-arvores-para-obra-da-copa.html>>.

e de destruição construtiva nos tempos de Copa: oficina de etnografia de rua e de etnofotografia no Navisual, Porto Alegre (RS, Brasil) 2013 e 2014, que fizemos circular em eventos científicos e publicamos na revista Fotocronografia (2016).

O Jardim Botânico em Porto Alegre

Como moradora de Porto Alegre, passear no Jardim Botânico sempre foi um lazer prazeroso. Hábito de muitos porto-alegrenses, com gratuidade de ingresso. Num dia de sol, nada mais agradável do que uma caminhada pelas trilhas entre as árvores do jardim. Frequentemente, percebia filas de crianças para visitar o Museu de Ciências Naturais e a Fundação Zoobotânico do Rio Grande do Sul, no coração do Jardim Botânico. Mas este quadro idílico mudou radicalmente a partir de 2015.

Em 2014, o governador Ivo Sartori foi eleito para administrar o estado do Rio Grande do Sul, gestão que se prolongou até 2019. Embora uma de suas primeiras decisões tenha sido aumentar o salário dos parlamentares e o seu próprio, além de perdoar dívidas bilionárias de empresas privadas, entre outras ações neoliberais, declarou que o estado estava falido e propôs uma política de contenção, com o fechamento de 11 instituições estaduais, a grande maioria das quais com suas fundações de pesquisa. Com seu fechamento, a consequente demissão de seus funcionários. Entre essas fundações, a Fundação Zoobotânica em Porto Alegre, afetando diretamente o Museu e o Jardim Botânico.

A resistência de habitantes de Porto Alegre era constituída de “amigos” do Jardim Botânico - pesquisadores, professores, estudantes, ecologistas, ambientalistas, *habitués* -, que passaram a se envolver em um longo movimento de embate contra o decreto de falência emitido pelo estado, colocando todo o acervo botânico de pesquisa - com 140 plantas ameaçadas de extinção -, em condição de abandono. Uma sequência de manifestações passou a ser organizada, como os seguidos abraços simbólicos ao Jardim Botânico e atos de repúdio em frente à Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Infraestrutura, no centro da cidade.

O início da formação deste patrimônio começa no século XIX. O próprio imperador do Brasil designou essa região para receber espécies

de flora, mas as mesmas nunca chegaram ao destino. Somente em 1953 (Lei 2.136), a área foi destinada à criação de um parque ou jardim botânico (em 50 ha). Para a elaboração do projecto foi formada uma comissão. Entre seus membros estava o professor e religioso Teodoro Luís, indicado para coordenar os trabalhos de implantação, iniciados em 1957, com o plantio das primeiras espécies seleccionadas: uma coleção de palmeiras. Quando foi aberto ao público, em 10 de setembro de 1958, já contava com uma coleção de quase 600 espécies.¹⁸⁵ O patrimônio arbóreo cresceu nos anos seguintes, recebendo o reforço do centro de pesquisa Fundação Zoobotânica (FBZ), instalada junto ao Parque Zoológico e ao Museu de Ciências Naturais. As espécies privilegiadas - como Myrtaceae, Rutaceae, Myrsinaceae, Bignoniaceae, Fabales, Zingiberales, entre outras -, eram o tesouro de biólogos e botânicos.

A extinção da FBZ simplesmente condenava ao abandono um acervo de 653 espécies arbóreas, com cerca de 3 mil exemplares, além de um conjunto de plantas engarrafadas, o banco de germoplasma e um banco de sementes, para a preservação de espécies raras ou ameaçadas de extinção, patrimônio fundamental não somente para a pesquisa e a visitação, mas para a reconstituição de áreas do ecossistema regional em crise.

Entre tantos outros traumas de uma metrópole, num país com tantos dilemas como o Brasil, a resistência estava sendo perdida. Lastimando a situação, incentivei um orientando de mestrado, pesquisador do Núcleo de Antropologia Visual que coordeno, a acompanhar este movimento ambiental de resistência, produzindo um filme etnográfico para ajudar na divulgação desta crise e, com este material, produzir sua dissertação. Diogo Dubiela (2019) dedicou-se intensamente a acompanhar o cotidiano dos administradores e pesquisadores da Fundação Zoobotânica e dos trabalhadores do Jardim Botânico, como antigos jardineiros. Conviveu igualmente com membros do movimento de resistência contra o fechamento da instituição. Eu o acompanhei em algumas manifestações, não só de contestação, mas também com o objetivo de nos aproximar de algumas lideranças. Como sempre, aproveitamos para fotografar, filmar e, claro, colaborar com as atividades propostas, como pinturas de cartazes e compra de camisetas em prol do movimento.

¹⁸⁵ Dados pesquisados em <http://www.jb.fzb.rs.gov.br/>.

A situação era gravíssima. A extinção da FZB, como é carinhosamente chamada, teve seus três setores (Jardim Botânico, Museu de Ciência Natural e o Zoológico, ambientado em outro contexto) extintos. Situação irreversível e autorizada pela Lei n. 14.982, de 16 de janeiro de 2017. Mas as manifestações não cessaram.

Em setembro de 2018, o Jardim Botânico completou 60 anos. Combinamos usar camisetas com dizeres *Não à extinção da fundação* e encontrar-nos na FZB. Não permitiram a entrada de visitantes no dia comemorativo. O Movimento Gaúcho pelo Meio Ambiente, amigos do Jardim Botânico, cientistas e alunos da Fundação Zoobotânica mobilizaram-se para, mais uma vez, protestar no portão de entrada. Mas as demissões, as aposentadorias forçadas e as transferências não cessaram e esvaziaram a instituição. Em 2018 e 2019, o complexo ficou sem representação, e seu último administrador foi exonerado em 2019. A imprensa alternativa lançou denúncias em órgãos como *Carta Aberta*, *Instituto Gaúcho de Estudos Ambientais InGá*, *Apedema RS* e *MoGDe-MA - Em defesa da Vida!* denunciando a perda iminente de 10 coleções, embaladas com 2.094 exemplares de espécies raras, endêmicas, do patrimônio do estado do Rio Grande do Sul, ameaçadas de extinção. Mas, as mobilizações não conseguiram impedir o desmonte da instituição, mesmo contrariando um artigo que definia esta estrutura como patrimônio ambiental do estado do Rio Grande do Sul.

A cidade perdeu, num curto prazo, todos esses anos de pesquisas e a construção de uma área de preservação ambiental. Diogo, em sua dissertação, intitulada *A FZB não tem preço, tem valor! Memória, patrimônio e imagem no processo de extinção da Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul*, e no seu filme, recompõe este processo de desmanche, de luta e de luto do movimento ambientalista do estado.

O presente texto (a dissertação) e o filme etnográfico *S.O.S. Fundação Zoobotânica* constituem-se como dispositivos de memória da luta política em defesa desse patrimônio e da autonomia da produção de conhecimento ambiental no Estado do Rio Grande do Sul (Dubiel, 2019, p. 109).

Jardim Botânico em Athens: um valor ambiental

O antropólogo francês Louis Dumont enfatiza, em sua teoria da hierarquia, o tema das ideologias como um sistema de ideias em um processo relacional, no qual um sistema de valores se sobrepõe situacionalmente a outros, ao que ele denomina de teoria da hierarquia de valores (Dumont, 1993, 1997).

Visitar o Jardim Botânico de Athens remete-nos à tal teoria. Podemos propor que o valor ecológico é exaltado no projeto de conservação (e de pesquisa) das espécies da flora no Jardim Botânico desta cidade. Esta percepção contrasta com a situação de área similar em Porto Alegre, que hoje vivencia uma crise ambiental implicada na nefasta política de governo do estado ao desenvolver um programa econômico-liberal, desengajado do valor ecológico.

No imenso parque americano, provido de carrinhos elétricos, as florestas se estendem a perder de vista. Estamos no Jardim Botânico estadual da Geórgia, no conservatório de horticultura, de 313 acres, trilhas para caminhadas e programas educacionais para crianças e adultos, conforme anuncia o *site* oficial.

À medida que avançamos, tiramos diversas fotos do patrimônio de árvores. Em vários momentos, percebemos, no meio da floresta, um grupo de estudantes com camisetas da universidade, atentos à fala de um professor. Seguimos as placas para chegar aos jardins. À entrada do Centro de Visitantes, fomos recebidas por uma senhora idosa na bilheteira, e por outra, no setor de informação. Fomos informadas da existência de várias organizações de trabalho voluntário compostas por aposentados, amigos do jardim e da horta, ex-alunos, doadores, pais e mestres, todas elas dedicadas ao trabalho comunitário.

Nesse edifício, construído numa espécie de estufa, encontram-se a parte administrativa, a boutique e um café. Em uma pequena piscina, encontramos espécies a nós familiares por sua origem tropical, como a vitória-régia. No pátio exterior, o jardim se encontra muito bem apresentado, com guias de todos os tipos. Em cada setor, nos deparamos com grupos de crianças recebidas por pesquisadores e estagiários da UGA. Conversamos com um desses monitores, que explicou que ali as crianças aprendem a plantar. Dispunha ele de um equipamento pre-

parado com terra, vasos e pás, à espera das crianças. Em outro setor, em frente a uma cabana em miniatura, uma estagiária contava histórias fantásticas sobre esquilos, rodeada de crianças com máscaras de bichos, etc. Mais adiante, um pesquisador distribuía pequenos tubos que serviam de binóculos, através dos quais as crianças deveriam focar em falsos pássaros (feitos em tecido ou papelão), distribuídos entre arbustos e árvores.

Era evidente a forte relação entre a pesquisa científica e o Jardim Botânico, com sólida presença da universidade. Igualmente, fica evidente a presença da comunidade civil, como clarifica o *flyer* que lemos, informando que se trata de associações de apoio que oferecem cursos de várias naturezas. Algumas árvores recebiam placas com nomes de doadores. Fotografei uma placa que anunciava a doação de sete clubes de jardinagem ao lado de sete árvores de azevinho.

As árvores comunitárias

Nossa habitação universitária em Athens ficava em um *campus* rodeado de árvores, cuidadas diariamente por uma equipe de funcionários da UGA. Havia também esquilos, flores e, claro, estudantes, pesquisadores ou professores. Entre caminhadas aleatórias e outras pré-roteirizadas no mapa - este, cedido pelo escritório de turismo -, éramos frequentemente estimuladas a buscar as ruas com nomes de árvores. Na Rua do Carvalho, por exemplo, de fato constatamos um grande exemplar da espécie, que se destacava na paisagem do lugar. Tanto era grande o número de árvores de grande porte, quanto o de árvores menores. Estas recebiam protetores metálicos, ou de madeira, e eram abundantemente adubadas.

Apesar do intenso frio, decidimos também conhecer a orla do rio, para deparar-nos com mais uma zona ambiental protegida da cidade, aberta ao público, com placas de recomendação sobre depósito de lixo. Os lagos, seja no interior do *campus*, seja em zonas mais afastadas, eram sempre lugares preservados, mas abertos ao lazer dos cidadãos. No Lake Herrick (Parque Memorial), havia cenários de preservação ambiental e de trabalho comunitário. Por fim, visitamos mais um museu florestal, levadas gentilmente por uma colega do Laboratório, a antropóloga Emily Y. Horton. No museu, muitas atividades interativas para crianças

com proposta de educação ambiental e a possibilidade de realizar uma trilha na floresta para conhecer as espécies.

Por detrás desta atenção à árvore e ao meio ambiente, havia uma associação civil, ou melhor, uma comunidade que se dedica ao cuidado das árvores seguindo a regulamentação das “árvores da comunidade do condado de Athens-Clarke”, adotada em 2005 pelo prefeito e pela Comissão do Condado de Athens-Clarke, com a intenção de normatizar a quantidade, a qualidade e a distribuição de árvores dentro dessa área.

Obtivemos estas informações na pesquisa intitulada “Benefícios das Árvores Urbanas, Florestas Urbanas e Comunitárias: Melhorando Nossa Qualidade de Vida”, também conhecida como Relatório Florestal R8-FR71, publicada em setembro de 2003 pelo Departamento dos Estados Unidos de Agricultura da Região Sul. O objetivo principal da comunidade, era, e continua a ser, o de promover as árvores. O texto do relatório explicava:

Além da estética e do bem-estar emocional, as árvores desempenham funções importantes que protegem e melhoram a saúde e a propriedade dos moradores da cidade. As árvores literalmente limpam o ar, absorvendo poluentes atmosféricos e liberando oxigênio. Reduzem o escoamento de águas pluviais e erosão; elas temperam o clima; elas podem economizar energia; elas criam *habitat* para a vida selvagem; elas podem melhorar a saúde, servir como telas e fortalecer a comunidade. Elas contribuem para a economia e o modo de vida de uma comunidade. (R8-FR71, 2018).

Os membros, eleitos e voluntários da comunidade, possuem uma sede para seus encontros e a organização de eventos, onde debatem sobre o legado das árvores e as políticas públicas e comunitárias sobre o gerenciamento das mesmas, seja sobre as árvores na cidade, seja sobre as das florestas comunitárias, que envolvem os cidadãos do condado de Athens.

Árvores de Porto Alegre

Podemos encontrar dados sobre as árvores de Porto Alegre em muitas fontes, como na cartilha sobre a arborização urbana, intitulada *A cida-*

de das árvores, apresentada pela Secretaria Municipal do Meio Ambiente (Smam)¹⁸⁶ e o Atlas Ambiental de Porto Alegre, organizado por uma equipe interdisciplinar da UFRGS, coordenado, entre muitos outros pesquisadores, pelos professores Rualdo Menegat e Maria Luiza Porto. Material lançado em 1988, tem hoje uma versão digital e, como depositário, o Centro de Documentação e Acervo Digital de Pesquisa da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, que recomendo para a pesquisa sobre o tema ambiental na cidade. Já, na cartilha, mais modesta, encontramos a distribuição das espécies em bairros mais centrais, predominando algumas como ligustro, jacarandá, cinamomo, plátano, perna-de-moça e tipuana. Aliás, a fonte desta cartilha é o próprio Atlas Ambiental (2020).

Porto Alegre, em 2018, totalizava 22.205.701 metros quadrados de áreas verdes.¹⁸⁷ Os túneis de árvores em ruas da cidade tornaram-se famosos, como a já citada Rua Gonçalo de Carvalho (tipuanas), mas também a Rua Fernando Gomes (jacarandás), a Av. Osvaldo Aranha (palmeiras-da-califórnia), a Av. Mariland (guajuviras), além da presença, não rara, de plátanos, pitangueiras, manduïranas, canafístulas, salsochorão, araucárias e a esplendorosas *flamboaiã*.¹⁸⁸ Os 72 túneis verdes, como são denominados, são protegidos por lei de 30 de maio de 2012, a partir da proposição do vereador Beto Moesch (PP) na gestão do prefeito José Fortunati. Muitos postais trazem estas paisagens acompanhadas com ditos como “a cidade mais arborizada do mundo”, ou a “rua arborizada mais linda do mundo”.

Além dos túneis de árvores, frequentemente listados nas memórias dos porto-alegrenses, há bairros residenciais com forte presença de extremosas, ipê-roxo ou amarelo, que predominam entre as 18 espécies mais comuns entre as já citadas 173 espécies registradas. Na primavera, é prazeroso, em Porto Alegre, ver os tapetes de flores de ipês que cobrem as ruas.

Todo porto-alegrense sabe que no verão, após as altas temperaturas, se esperam tormentas, fortes chuvas com trovoadas, ventos e queda de raios. Acostumados com as cheias cíclicas do Lago Guaíba, essas tormentas são previsíveis e trazem sempre queda de árvores. O dia 29 de janeiro de

186 A SMAM é o órgão gerenciador do verde urbano em Porto Alegre, regido pela lei complementar 65/81, que institui a Lei do Impacto Ambiental, Decreto n. 8.186/83, que determina ser proibido podar, remover ou transplantar vegetais sem o prévio exame e consentimento da Smam. www.portoalegre.rs.gov.br/smam.

187 A atividade de regulamentação e preservação é realizada pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente, que segue o Plano Diretor de Arborização de Vias Públicas, de março de 2000.

188 Houaiss: subst. fem. assim aportuguesado.

2016 foi um desses dias, em que a árvore na calçada da casa de minha família tombou, assim como centenas em vários bairros. Acompanhei o processo de retirada da árvore caída na rua, por funcionários da prefeitura, com um exercício fílmico e fotográfico. A operação de limpeza envolveu um grande número de trabalhadores e voluntários da Defesa Civil.

Este evento será sempre lembrado por ter sido uma explosão atmosférica, com a avaria de 3 mil árvores e sem perda de vida humana, somente com grandes estragos de patrimônios (contruídos e ambientais). As árvores mais atingidas foram no Parque da Marinha, ao lado do Lago Guaíba. Durante muito tempo, foi possível acompanhar, pela imprensa, a discussão sobre o que teria acontecido. A prefeitura, relatando os prejuízos com o “tufão”; os biólogos, consultados por jornalistas, denunciando o descuido na preservação das árvores.

Seja em nível estadual, seja em nível municipal, todas as unidades sofrem atualmente um processo de corte de verbas e de redução do funcionalismo público destinado ao cuidado de preservação. Uma situação que só se agrava se considerarmos o patrimônio de 1 milhão de árvores em vias públicas em Porto Alegre. Estas estão inventariadas em 308 espécies exóticas e 360, nativas, classificadas por estética, localização, raridade e potencial sementeiro:

O inventário - um dos primeiros feitos Secretaria Municipal do Meio Ambiente (Smam), criada em 1976 - ganhou uma atualização que será publicada nos próximos dias. O levantamento foi coordenado por Lísia Ely, funcionária secretária que bancou a detetive e pesquisou praticamente sozinha o paradeiro de quase 1,8 mil árvores. Os resultados mostram um pouco da gestão verde da Capital. Mais de metade delas saíram da lista: ou porque já não existiam mais ou porque o endereço estava errado. O tombamento é apenas uma parte da preservação. Outras regras existem para transplante, poda e supressão, e quem fizer isso sem autorização é multado. Atualmente, 87% das árvores de Porto Alegre são plantadas pela própria Smam e apenas 13% por cidadãos (GZH, 2020).

Entre as árvores tombadas pelo patrimônio ambiental, uma das mais famosas fica na Av. Siqueira Campos, bem próximo ao prédio da Prefeitura Municipal. Sempre me impressionou ver aquela paineira em uma

rua tomada de prédios, avançando na calçada, em frente a uma garagem. Desde a década de 1950, esta paineira é motivo de conflito entre algumas gestões da prefeitura para derrubá-la e de defensores de sua preservação (RBS, 2020). A história mais conhecida é a de que o empresário Luiz Siegmann, dono da loja Bromberg, gostava de admirá-la da janela de seu escritório. A paineira já era apelidada “a paineira do Bromberg”, como referência para um ponto de encontro na rua Siqueira Campos (Franco, 1988). Pela década de 1950, a prefeitura quis derrubá-la para ampliar a rua. Leda Siegmann Düvelius, uma das filhas de Siegmann, narrou em uma reportagem que seu pai procurou o prefeito e pediu que a árvore fosse preservada, comprometendo-se, em troca, a pagar uma taxa de imposto pelo espaço que a árvore ocupava na via (RBS, 2019). A paineira foi mantida sem a cobrança de imposto e, tombada pelo município como patrimônio histórico em 1970. Hoje ela porta uma placa em bronze que homenageia o “amigo e defensor” da paineira, objeto furtado em 2012 (o que atualmente se tem é uma réplica).

O jardim da memória

A última entrevista que fizemos em Athens, em novembro 2018, foi num pequeno e antigo prédio onde funcionam a Faculdade de Meio Ambiente e *Design* e o Programa de Certificado de Ética Ambiental. A profa. Dorinda Dallmeyer, escritora, professora, geóloga, naturalista e diretora do programa de ética ambiental, nos recebeu. Primeiramente, na sala da direção; depois, em percurso no jardim. Dorinda é diretora há 12 anos e, rindo muito, diz que está às vésperas de sua aposentadoria “para a próxima semana”.¹⁸⁹ E prosseguiu: “Antes de falar sobre o curso que dirijo, vou contar para vocês a história desta casa e deste jardim”. Ligamos a câmera, com seu consentimento, e ela disse ser ele um memorial que homenageia as 12 fundadoras do *Ladies Garden Club* de Athens, o primeiro clube de jardinagem da América organizado, em 1891, por estas mulheres.

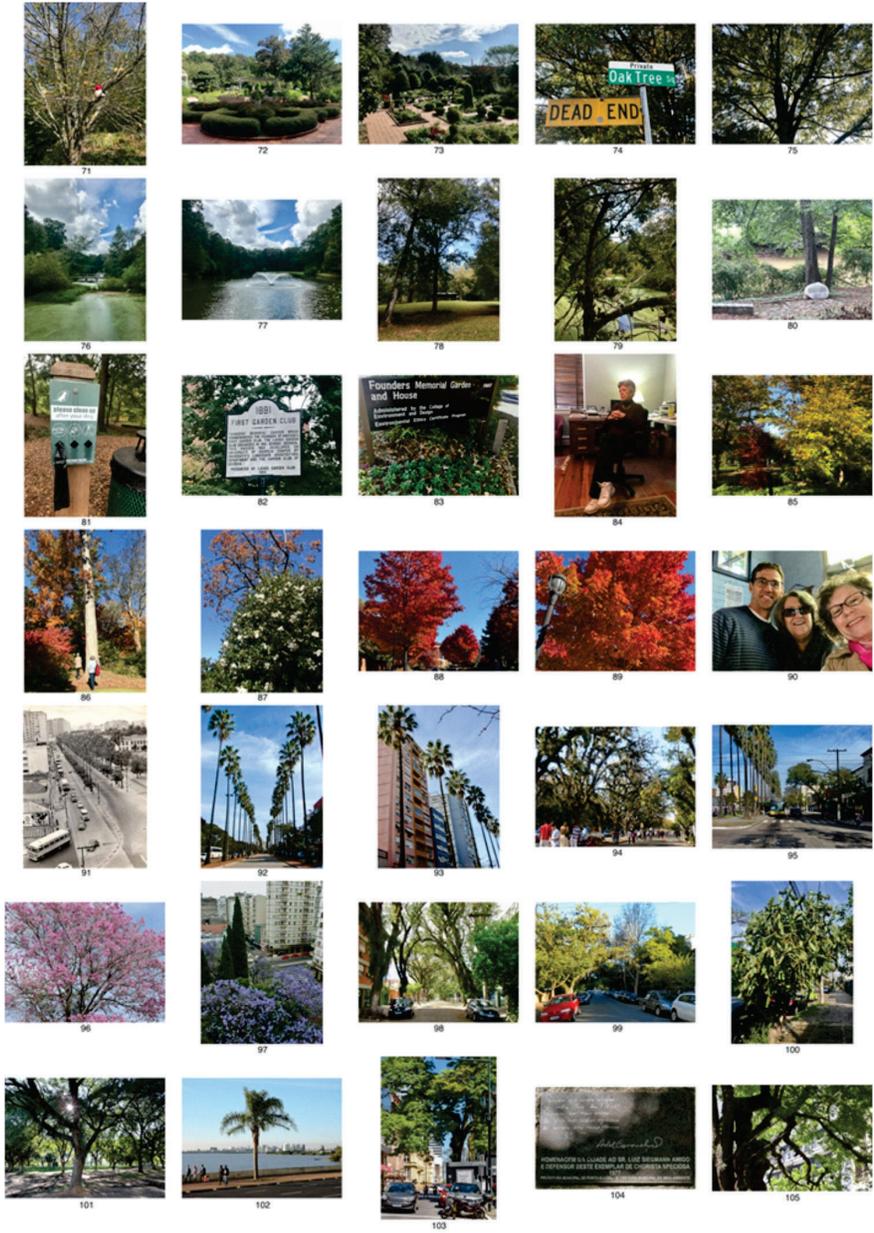
189 Autora de livros sobre mulheres no Direito Internacional, usos civis do espaço, globalização e ética ambiental, NAFTA, a negociação de disputas de fronteiras marítimas e ética ambiental marinha. https://ced.uga.edu/news_and_events/dorinda_dallmeyer_director_of_environmental_ethics_certificate_program_to_retire_december_2018/. Acesso em: 2 jul. 2019.

É um jardim-museu, com 300 espécies de árvores, plantas e flores, digamos, históricas, seja pela raridade e necessidade de conservação, seja pela sociabilidade da jardinagem que implica um trabalho comunitário. Ainda tem um pequeno depósito com o material que as mulheres fundadoras usavam, as vestimentas, não sei se consigo mostrar para vocês.

Dorinda repassou-nos uma monografia com dados sobre a história do clube de jardinagem. Ali encontramos a informação de que Hubert Bond Owens teria sido o fundador e primeiro reitor do programa de Arquitetura Paisagística da UGA. Na década de 1930, o *The Garden Club of Georgia* financiou seu projeto. Dean Owens era funcionário e aluno do Departamento de Arquitetura Paisagista, e concluiu o projeto em 1946, recebendo muitos prêmios.

Hoje, este jardim - de 2,5 acres - e o prédio tombado são administrados pela Faculdade de Meio Ambiente e *Design* e servem como recurso de ensino e jardim público para todos os usuários do *campus* e, além disso, está aberto a visitantes. “A jardinagem é muito valorizada na Geórgia”, acrescentou Dorinda. “Já recebemos prêmios pela paisagem de nosso jardim da Sociedade Americana de Arquitetos Paisagistas. [...] Athens, de fato, é muito privilegiada em seu paisagismo. Temos muitas árvores centenárias, vocês já devem ter escutado falar na árvore dona de si mesma, não é?”

Respondemos que sim, que já havíamos visitado o *campus* e que conhecíamos a árvore dona de si mesma. Dorinda contou-nos que outras árvores são historicamente famosas, como o velho carvalho que inspirou Aldo Leopold, um importante ambientalista e poeta, a escrever *The Good Oak*. Trata-se de um velho carvalho, *Quercus nigra*, que fica no *campus* norte, próximo à *Jackson Street*. Presenteou-nos, então, com um manuscrito de sua autoria (Dallmeyer, 2013), em homenagem a Aldo Leopold - na realidade, uma espécie de guia ambiental, propondo uma caminhada afetiva pelos *campus* da UGA e pela cidade, com citações dos livros deste escritor, nos quais ele descreve sua passagem por Athens.



Perguntamos, ainda, sobre o curso de Ética Ambiental ministrado por Dorinda, considerado apoio aos cursos de Ecologia e Meio Ambiente, dando formação em Filosofia Ambiental, Direito Internacional, Política Ambiental e Ecologia, não somente para alunos, mas também para ajudar os professores a abordarem este tema. “Somos formalmente parte da Faculdade de Meio Ambiente e Design. É um projeto caro, que depende de subvenção”. Conta que sua pesquisa teve financiamento da MacArthur Foundation, do U.S. Institute of Peace, da Ford Foundation, da Embaixada do Canadá, da National Science Foundation e da Hewlett Foundation.

Levou-nos, então, a caminhar pelo jardim, contando-nos algumas especificidades de cada uma de suas áreas: “Tudo aqui está tombado e consta no Registro Nacional de Locais Históricos”. Pedimos para circular no *Arboretum*, que conta com espécies como nogueira, noz-pecã, carvalho, algodoeira, o pessegueiro, etc. “Muitas das plantas que consideramos essencialmente sulistas, como camélias, azáleas, cerejeiras em flor, vieram do Japão ou da China”, acrescenta Dorinda. Por fim aconselhou que fizéssemos o *walking tour*, que ela sugere no guia publicado. Nos despedimos agradecendo a oportunidade de entrevistar esta pesquisadora renomada e, ainda, por ter tido uma aula de botânica e história.

Nós e as árvores: uma etnografia da duração

Em 2019, dei uma palestra sobre a pesquisa com árvores em Athens para minhas colegas e para estudantes em Florianópolis, na UFSC. Colegas que assistiram à palestra, informaram-me de que havia uma exposição sobre árvores na Fundação Cartier de Arte Contemporânea em Paris. Por sorte, estava inscrita em um congresso internacional de Antropologia e pude visitar essa exposição, que durou até novembro 2019. Era de grande proporções e compreendia a história das árvores no mundo desde a arte indígena até a arte digital. Segundo os curadores, a exposição era dedicada a explorar a perspectiva estética e científica da árvore, tendo como tema central o ambiente e o clima. Os painéis expostos informavam que “a exposição apresenta a diversidade de concepções das árvores pelos humanos nas diversas experiências de arte e em pesquisas científicas (botânica, arquitetura, etc)”. Na minha visita, interpretei a atenção dada pelos curadores à relação da árvore com a

memória humana, sensorial, afetiva, comunicacional, cultural e social, cobrindo um arco de tempo de 4,6 milhões de anos (hipótese temporal da formação da Terra), até 2015. Consistiu uma fantástica coleção de imagens sobre a relação dos humanos com as árvores no tempo.

Em síntese, este é o objetivo da Etnografia da Duração: produzir uma coleção de imagens com base em pesquisa nessa área, disponibilizada em suporte web no âmbito do projeto do Banco de Imagens e Efeitos Visuais <https://www.ufrgs.br/biev/>, coordenado pela colega Ana Luiza Carvalho da Rocha, e por mim. Neste sentido, “um esforço que nos aproxime da confrontação planetária das culturas e um recenseamento” do tema da memória ambiental, para promover um “museu imaginário”, que, segundo palavras de Gilbert Durand, não pode ser apenas um museu com base na antropologia do imaginário, mas deve ser “um quadro composto das esperanças e temores da espécie humana, a fim de que cada um nele se reconheça e se revigore” (Durand, 1988, p. 105-106). Um projeto que, ainda segundo as palavras do autor (1989, p. 260), não se poderia se reduzir a dicotomizar o espaço e o tempo, mas, antes, situar essas categorias na inter-relação com base em uma “fantástica transcendental”, uma fisiologia da função de imaginação. Em outras palavras, numa imaginação criadora do impulso oriundo do ser. Neste sentido, estaríamos também concebendo a vida em termos de linhas e fluxos nos quais a matéria, biológica e cultural, indistintamente, pulsa sem continentes (Ingold, 2017; Steil, Carvalho, 2012).

As árvores, como qualquer outro ser ambiental no contexto urbano, é colocada aqui em alto-relevo para argumentar sobre essa dinâmica entre cidade e natureza, em que a etnografia nos propicia a pesquisa com imagens em um dinamismo relacional.

No processo civilizatório, a árvore foi aprendida como matéria econômica, de troca comercial. No processo urbano *par le biais* da modernização, a árvore se transforma em um dos motes do deleite paisagístico, do devaneio do romantismo. Contemporaneamente, não se reduz a simbolizar o ciclo de vida, mas a própria condição de vida pela sustentabilidade ecológica. Afinal, árvore é vida e está viva, porque é “um organismo celular cujo crescimento é alimentado por reações de fotossíntese e regulado pela ADN no núcleo da célula” (Ingold, 2017, p. 122).

Produzir imagens no processo etnográfico e etnografar acervos e documentos sobre árvores em contextos urbanos teve por base indagar a respeito das rítmicas temporais que envolvem a história destes lugares em contextos econômico-políticos mais amplos nas experiências de se viver nestas cidades. Cidades fundadas sob a égide de um projeto moderno-ocidental, na lógica do triunfalismo do progresso devastador, com base num tempo linear - fábula ideológica - em ataque à própria duração da nossa vida no planeta. Mas, por sorte, operamos com a dialética da duração (Bachelard, 1988), de modo a visualizar o projeto da duração a partir da noção de ritmo, de movimento transformador do trajeto humano.

Essa mobilidade temporal que encarna a continuidade humana estimula-nos ao estudo da memória ambiental acionada no campo do imaginário, que entendemos como um trajeto antropológico, como uma incessante troca entre as pulsões subjetivas e assimiladoras e as intimações acomodadoras que emanam do meio cósmico e social (Durand, 1984, p. 29), o que supõe postular pela gênese recíproca do gesto pulsional ao meio material e social, e vice-versa.

Na longa história das relações humanas no ecossistema, apoiamos-nos em autores da linhagem dos hermeneutas instauradores que sustentam a noção de memória como espaço fantástico, permitindo conceber nas experiências dos espaços vividos o tempo em suas imagens e em seus imaginários (Bachelard 1988, 2001, Durand, 1989). Em outras palavras, a “epifania de mistérios” (Durand, 1988, 1989).

A forma como as árvores são concebidas nas cidades estudadas implica reconhecer a multiplicidade dos gestos de criação e destruição, vinculados às formas diferenciadas de políticas ecológicas e relações ambientais com este símbolo da vida. A memória ambiental postulada nesta forma de narrar as experiências temporais dos habitantes nas cidades coloca o desenvolvimento ao lado da duração, e não do nefasto progresso, atualizando do passado somente o que é da ação imaginante, as imagens que só duram por terem razões para durar (Bachelard, 1988, p. 92).

Um processo em que a própria Antropologia se requer politizada e “ecologizada” (Ther Rios, 2006, p. 110) para o enfrentamento prático e conceitual de um processo de “tecnicização” do problema ambien-

tal, em que os enigmas climáticos, e seus impactos na biodiversidade, se tornam centrais. Um movimento no interior da disciplina que rompe com a perspectiva de considerar a natureza como algo externo. Pela tradição intelectual de Gregory Bateson, Merleau-Ponty e, mais recentemente, Tim Ingold, perfilhamos que a natureza é “um entorno de coevolução, no qual cada atividade humana implica a emergência de dinâmicas próprias e independentes na natureza externa, ao mesmo tempo em que, como efeito-bumerangue, produz impactos na natureza social e na biologia das populações humanas” (Foladori, Taks, 2004).

Neste ponto, a Etnografia da Duração dialoga com a Ecologia Política e com a História Ambiental como possibilidades de adentrar às constelações de imagens que veiculam o trajeto antropológico da “construção destrutiva e da destruição construtiva” de cidades no contexto ocidental, em suas trocas incessantes com os ecossistemas em que se enraízam.

Como sugere Simon Schama (1996, p. 25), relacionar paisagem e memória instiga-nos a escavar abaixo de nosso nível de visão convencional, com a finalidade de trazer à tona as narrativas de mitos e memórias existentes sob a superfície. Um ato de restauração, sugere Walter Benjamin, que nos induz a reconhecer a perda, a fragilidade de uma ordem anterior, um movimento ao mesmo tempo de retomada do passado (porque o passado, enquanto passado, só pode reaparecer como não-identidade consigo mesmo) e de abertura para o futuro, inacabamento constitutivo (Benjamin, 1993, p. 68), posto que também transformação do presente, tal que, “se o passado perdido aí for reencontrado, ele não fique o mesmo, mas seja, ele também, retomado e transformado” (Benjamin apud Gagnebin, 1999, p. 16).

Nesse restauro das experiências da memória compartilhada, existe a intenção de religar a comunidade da narrativa aos lugares itinerantes da memória ambiental (Ricoeur, 2000, p. 186 e p. 311). Há um projeto de compreensão do tempo narrado (Ricoeur) e uma poetização das experiências temporais (Benjamin) que nos autorizam, por um lado, uma perspectiva crítica da linearidade do tempo da vida, e, por outro, uma adesão à arte de narrar as memórias ambientais.

Que o legado maior de uma narrativa sobre a memória ambiental seja o de seduzir a plantar, regar, cuidar, preservar este ser vivo que é a

árvore, posto que nenhuma geração futura carece perder este patrimônio ambiental, ao contrário, que sempre possam conviver com a beleza de sua estética, apreciarem seus frutos e sua sombra amiga.

Lista de imagens

Foto 01 – No dia 15 de fevereiro de 1975 o estudante Carlos Alberto Dayrell sobe na árvore tipuana em frente a Faculdade de Direito da UFRGS na Avenida João Pessoa, para evitar o seu corte com serra elétrica. Porto Alegre, Brasil. Fonte: arquivo AGAPAN.
Foto 02 – <http://goncaldecarvalho.blogspot.com/2014/05/dayrell-em-porto-alegre.html> Fonte: revista Veja, 1975.
Foto 03 – A árvore tipuana em frente a Faculdade de Direito da UFRGS em que o estudante Carlos Alberto Dayrell subiu para evitar o seu corte com serra elétrica. Porto Alegre, Brasil, 21 setembro 2020. Foto: Gabriel Sager (bolista IC Fapergs/Navisual)
Foto 04 – Idem.
Foto 05 – Placa em homenagem a Carlos Alberto Dayrell, descerada na Faculdade de Direito da UFRGS no dia 29 de abril de 1998. No mesmo dia recebeu o título de Cidado Honorário de Porto Alegre. Porto Alegre, Brasil, 21 setembro 2020. Foto: Gabriel Sager (bolista IC Fapergs/Navisual)
Foto 06 – A árvore tipuana em frente a Faculdade de Direito da UFRGS em que o estudante Carlos Alberto Dayrell subiu para evitar o seu corte com serra elétrica. Porto Alegre, Brasil, 21 setembro 2020. Foto: Gabriel Sager (bolista IC Fapergs/Navisual)
Foto 07 – Árvores na cidade de Athens. Athens, EUA, setembro 2018. Foto: Cornelia Eckert
Foto 08 – Idem.
Foto 09 – Idem.
Foto 10 – Idem.
Foto 11 – Residência coletiva de estudantes com pátio com muitas árvores. Athens, EUA, setembro 2018. Foto: Cornelia Eckert
Foto 12 – A árvore, dona de si mesma. Carvalho replantado em 1946. Athens, EUA, setembro 2018. Foto: Cornelia Eckert
Foto 13 – Declaração de Sir William H. Jackson. Athens, EUA, setembro 2018. Foto: Cornelia Eckert.
Foto 14 – Visita da árvore dona de si mesma. Athens, EUA, setembro 2018. Foto: Cornelia Eckert.
Foto 15 – Self das pesquisadoras Ana Luiza Carvalho da Rocha e Cornelia Eckert, que testemunha “ter estado ali” na pesquisa de campo. Athens, EUA, setembro 2018. Foto: Cornelia Eckert.
Foto 16 – Vista do terreno com a árvore dona de si mesma. Athens, EUA, setembro 2018. Foto: Cornelia Eckert.
Foto 17 – Rua de acesso ao monumento com o Carvalho tombado como patrimônio da cidade. Athens, EUA, setembro 2018. Foto: Cornelia Eckert
Foto 18 – Modelo de árvore genealógica. Imagem comprada para citação <https://www.123rf.com> Genealogical tree on old paper background. Family tree in vintage style. Pedigree Copyright Tatsiana Tsyhanova
Foto 19 – A paisagem com as três árvores. Obra de Rembrandt van Rijn, 1643. Druckgrafik ID da imagem 066986 Wopsweder, Kunsthalbe, Friedrich Netzel
Foto 20 – Árvore da vida, objeto da cultura popular mexicana. Porto Alegre, Brasil, 2010. Foto: Cornelia Eckert
Foto 21 – A cidade e o progresso. Rio de Janeiro, Brasil, 2011. Foto: Cornelia Eckert
Foto 22 – Idem.
Foto 23 – A cidade e o progresso. Rio de Janeiro, Brasil, 2004. Foto: Cornelia Eckert
Foto 24 – Idem.
Foto 25 – Idem.
Foto 26 – Idem.
Foto 27 – Colonos cortando tronco de árvore. Paraná, Brasil, 1937. Acervo de Bruno Eckert. Foto: autor desconhecido
Foto 28 – Idem.
Foto 29 – Colonos preparando o roçado. Momo das Cabras, Paraná, Brasil, 10 de agosto 1937. Acervo de Bruno Eckert. Foto: autor desconhecido
Foto 30 – Praça da Matriz com tropas Militares da Guerra do Paraguai. Porto Alegre, 1864. Fonte: Prati.com.br. Foto: Luiz Ternagno
Foto 31 – Praça da Allmandega século XIX. Porto Alegre, Brasil. Fonte: Prati.com.br. Foto: autor desconhecido
Foto 32 – Praça XV. Porto Alegre, Brasil, 2012. Foto: Cornelia Eckert
Foto 33 – Obra de Otto Dreger. Porto Alegre, 1899. Fonte: Coleção Fernando Cacciatore de Garcia. Exposição 243 anos de Porto Alegre, março e abril 2015. Paisagens de Porto Alegre. Acervo: Prefeitura Municipal de Porto Alegre, Brasil.
Foto 34 – Ôco sobre tela “A Ponte do Riacho” de Francisco Beltrão. Porto Alegre, 1920. Fonte: Idem. Acervo: Idem
Foto 35 – Grafite e lápis de cor, Antigo pavilhão no Club Sôjipa, de Luiz Maristany de Tíras. Porto Alegre, 1940. Fonte: Idem. Acervo: Idem
Foto 36 – Grafite de Luiz M. de Tíras. Bairro “Terzópolis”. Porto Alegre, 1940. Fonte: Idem Acervo: Idem.
Foto 37 – Praça Gula Lopes, Bairro Teresópolis, Porto Alegre, Brasil, 2020. Fonte: Vivamapio.com. Foto: autor desconhecido
Foto 38 – Rua Gonzalo de Carvalho, Bairro Independência Porto Alegre, Brasil. Década 2020. Fonte: <https://www.vivamio.com.br/2010/01/porto-alegre/> Foto: Raphael Capra
Foto 39 – Rua Gonzalo de Carvalho. Porto Alegre, Brasil, década 2020. Fonte: <https://www.hypens.com.br/2014/01/conheca-a-rua-que-ficou-famosa-por-ter-a-mais-bonita-do-mundo-e-no-brasil/> Foto: Adalberto Cavalcanti Adreani
Foto 40 – Pórtico da Universidade da RioGrande, Athens, EUA, 02 de outubro 2018. Por ocasião da visita do casal Arabella e Ruben Oliven. Foto: Cornelia Eckert
Foto 41 – Placa de UGA. Athens, EUA, 02 de outubro 2018. Foto: Cornelia Eckert
Foto 42 – Pátio e biblioteca da UGA. Athens, EUA, 2 de outubro 2018. Foto: Cornelia Eckert
Foto 43 – Ilustração dos primórdios da UGA no hall de entrada da biblioteca. Athens, EUA, 02 de outubro 2018. Foto: Cornelia Eckert
Foto 44 – Ilustração dos primórdios de Athens. Athens, EUA, 02 de outubro 2018. Acervo: Mapoteca da UGA. Foto: Cornelia Eckert
Foto 45 – Árvore no campus da UGA. Athens, EUA, 02 de outubro 2018. Foto: Cornelia Eckert
Foto 46 – Parque com ônibus para estudantes no fundo. Athens, EUA, 26 de setembro 2018. Foto: Cornelia Eckert
Foto 47 – Estudantes assistem aula ao ar livre na Escola Florestal e Recursos Naturais Daniel B. Warnell, UGA, Athens, EUA, novembro 2018. Foto: Cornelia Eckert
Foto 48 – Jardins de ensaio, UGA, Athens, EUA, novembro 2018. Foto: Cornelia Eckert
Foto 49 – Árvore no pátio da Escola Florestal e Recursos Naturais, UGA, Athens, EUA, novembro 2018. Foto: Cornelia Eckert
Foto 50 – Parque Farrouilha ou Redenção, Porto Alegre, Brasil. Fonte: <https://www.vivamio.com.br/2010/01/porto-alegre/> Foto: Anderson Fetter

Foto 51 – Parque Farrouilha ou Redenção. Porto Alegre, Brasil, 16 setembro 2006. Foto: Cornelia Eckert
Foto 52 – Estudantes da disciplina de Antropologia Visual e da Imagem desenvolvendo pesquisa etnográfica com os trabalhadores do Parque Farrouilha ou Redenção. Porto Alegre, Brasil, 17 de setembro 2009. Foto: Mabel Zeballos
Foto 53 – Parque Farrouilha ou Redenção. Porto Alegre, Brasil, 25 de setembro 2009. Foto: Mabel Zeballos
Foto 54 – Dia de domingo no parque da Redenção ou Farrouilha. Porto Alegre, Brasil, 16 setembro 2006. Foto: Cornelia Eckert
Foto 55 – Logomarca da AGAPAN, Porto Alegre, Brasil
Foto 56 – Cartaz de convocação da Audiência Pública para o dia 18 de março 2013 contra o corte de árvores. Porto Alegre, Brasil, 2013. Fonte: <http://www.agapan.org.br/2013/03/>
Foto 57 – Árvore cortada pela prefeitura por ocasião das reformas urbanas para receber a Copa de 2014. Porto Alegre, Brasil, 18 de junho 2013. Foto: Gabriela Jacobsen
Foto 58 – Manifestantes fazem protesto contra corte de árvores em Porto Alegre. Brasil. Fonte: <http://g1.globo.com/rs/n-grande-do-sul/nico2013/02/manifestantes-fazem-protesto-contra-corte-de-arvores-em-porto-alegre.html>. Foto: reprodução/RBS TV
Foto 59 – Jardim Botânico em Porto Alegre. Porto Alegre, Brasil, 08 de abril 2018. Foto: Cornelia Eckert
Foto 60 – Idem.
Foto 61 – Fundação Zootécnica. Porto Alegre, Brasil, 8 de abril 2018. Foto: Cornelia Eckert
Foto 62 – Preparação para os protestos contra o fechamento da Fundação Zootécnica. Porto Alegre, Brasil, 8 de abril 2018. Foto: Cornelia Eckert
Foto 63 – Evento de protesto contra o fechamento da Fundação Zootécnica. Porto Alegre, Brasil, 08 de abril 2018. Foto: Cornelia Eckert
Foto 64 – Abraço ao Jardim Botânico. Porto Alegre, Brasil, 29 de novembro 2016. Fonte: https://www.jornalodocomercio.com/_conteudo/2016/11/politica/533864-abraço-ao-jardim-botanico-tema-impedido-então-da-fundação-zootécnica.html. Foto: Marcelo G. Ribeiro/JC
Foto 65 – Entrada do Jardim Botânico. Athens, EUA, 26 setembro 2018. Foto: Cornelia Eckert
Foto 66 – Floresta do Jardim Botânico. Athens, EUA, 26 setembro 2018. Foto: Cornelia Eckert
Foto 67 – Jardim Botânico. Athens, EUA, 26 setembro 2018. Foto: Cornelia Eckert
Foto 68 – Placa em homenagem aos doadores de mudas de árvores. Jardim Botânico, Athens, EUA, 26 setembro 2018. Foto: Cornelia Eckert
Foto 69 – Jardim Botânico. Athens, EUA, 26 setembro 2018. Foto: Cornelia Eckert
Foto 70 – Idem
Foto 71 – Pássaros falsos espalhados nas árvores pelos professores para serem mirados por crianças através de binóculos. Jardim Botânico, Athens, EUA, 26 setembro 2018. Foto: Cornelia Eckert
Foto 72 – Jardim Botânico. Athens, EUA, 26 setembro 2018. Foto: Cornelia Eckert
Foto 73 – Idem.
Foto 74 – Rua do Carvalho. Athens, EUA, outubro 2018. Foto: Cornelia Eckert
Foto 75 – Árvore do tipo carvalho. Nome científico Quercus, na rua do Carvalho. Athens, EUA, outubro 2018. Foto: Cornelia Eckert
Foto 76 – Memorial Parque. Athens, EUA, 26 de setembro 2018. Foto: Cornelia Eckert
Foto 77 – Idem.
Foto 78 – Idem.
Foto 79 – Idem.
Foto 80 – Parque Rio Ocoone Norte. Athens, EUA, 25 de setembro 2018. Foto: Cornelia Eckert
Foto 81 – Placa de alerta para coleta de detritos de cachorros. Athens, EUA, 25 de setembro 2018. Foto: Cornelia Eckert
Foto 82 – Placa em homenagem as mulheres que fundaram o primeiro clube de jardinagem. Athens, EUA, 16 de outubro 2018. Foto: Cornelia Eckert
Foto 83 – Founders Memorial Garden. Athens, EUA, 21 de novembro 2018. Foto: Cornelia Eckert
Foto 84 – Entrevista com Profa. Dorinda Dalmeyer. Athens, EUA, 21 de novembro 2018. Foto: Cornelia Eckert
Foto 85 – Arboredo no pátio do Memorial. Athens, EUA, 21 de novembro 2018. Foto: Cornelia Eckert
Foto 86 – Profa. Dorinda Dalmeyer mostra o patrimônio de árvores no jardim memorial. Athens, EUA, 21 de novembro 2018. Foto: Cornelia Eckert
Foto 87 – Idem.
Foto 88 – Árvores no campus da UGA. Athens, EUA, 21 de novembro 2018. Foto: Cornelia Eckert
Foto 89 – Árvore em Athens, centro. Athens, EUA, 21 de novembro 2018. Foto: Cornelia Eckert
Foto 90 – Self com o orientador Prof. Don Nelson. Athens, EUA, 11 de novembro 2018. Foto: Cornelia Eckert
Foto 91 – Avenida Oswaldo Aranha em Porto Alegre. Fonte: <http://antiparportalegre.no.comunidades.net/fotos-1961-1980>. Foto: autor desconhecido
Foto 92 – Palmeiras da Califórnia na Avenida Oswaldo Aranha. Porto Alegre, 13 de maio 2013. Foto: Cornelia Eckert
Foto 93 – Idem.
Foto 94 – Árvores na rua José Bonifácio. Oficina no Núcleo de Antropologia Visual, Navisual
“Etnografias fotográficas: estudo de roteiro de pesquisa: Transformaciones y sociabilidades en la Avenida José Bonifácio”. Porto Alegre, Brasil, outubro 2010. Foto: Angélica Alarcón Torres/Navisual
Foto 95 – Palmeiras da Califórnia. Avenida João Pessoa, Porto Alegre, Brasil, 12 de fevereiro 2006. Foto: Cornelia Eckert
Foto 96 – Ipl Roço. Bairro São Geraldo, Porto Alegre, Brasil, 12 de agosto 2012. Foto: Cornelia Eckert
Foto 97 – Ipl Roço. Praça Dalfrido Filho, esquina com Avenida Borges de Medeiros, Porto Alegre, Brasil, 28 de outubro 2002. Foto: Cornelia Eckert
Foto 98 – Túnel verde entre os 72 protogétipos pela lei de 30 de maio de 2012, a Lei dos Túneis Verdes, de autoria do vereador Beto Mloesch (PP), na gestão do prefeito José Fortunari. Avenida Polônia, bairro São Gerardo, Porto Alegre, Brasil, 13 de abril 2015. Foto: Cornelia Eckert
Foto 99 – Pátio, cinasomo, golbeira, etc. árvores comuns nas ruas de Porto Alegre. Porto Alegre, Brasil, 23 de junho 2013. Foto: Cornelia Eckert
Foto 100 – Cactus. Rua Livramento, bairro Rio Branco, Porto Alegre, Brasil, 25 de setembro 2020. Foto: Cornelia Eckert
Foto 101 – Parque Marinha do Brasil. Porto Alegre, Brasil, 27 de maio 2014. Foto: Cornelia Eckert
Foto 102 – Idem
Foto 103 – Palmeira tombada como patrimônio histórico situada na Avenida Siqueira Campos, Porto Alegre, Brasil, 21 de setembro 2020. Foto: Gabriel Sager (bolista IC Fapergs/Navisual)
Foto 104 – Placa em homenagem à Luiz Siegmann, quem impediu o seu corte, dono da loja Bromberg, Avenida Siqueira Campos, Porto Alegre, Brasil, 21 de setembro 2020. Foto: Gabriel Sager (bolista IC Fapergs/Navisual)
Foto 105 – Palmeira tombada como patrimônio histórico. Avenida Siqueira Campos, Porto Alegre, Brasil, 21 de setembro 2020. Foto: Gabriel Sager (bolista IC Fapergs/Navisual)

Referências

- ACC. <https://www.accgov.com>>. Acesso em: set. 2018.
- AS TRÊS ÁRVORES, 1643. <https://www.meisterdrucke.pt/impressoes-artisticas-sofisticadas/Rembrandt-van-Rijn/268787/As-Três-Árvores,-1643.html>>. Acesso em: jul. 2020.
- ATLAS de Porto Alegre. <https://www.ufrgs.br/atlas/>>. Acesso em: set. 2018.
- BACHELARD, G. *La dialectique de la durée*. Paris: Quadrige/PUF, 1982.
- BACHELARD, G. *L'intuition de l'instant*. Paris: Stock, 1992.
- BACHELARD, G. *O ar e os sonhos, ensaio sobre a imaginação do movimento*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- BATESON, G. *Vers une écologie de l'esprit*. 1. Paris: Seuil, 1977.
- BENJAMIN, W. *Charles Baudelaire: um lírico no auge do capitalismo*. Obras Escolhidas, volume III. São Paulo: Brasiliense, 1993.
- CANAL FUTURA. <https://www.youtube.com/watch?v=tYhhf4943DM>>. Acesso em: set. 2018.
- CARDIA, C. *Blog Amigos da Rua Gonçalo de Carvalho*. <http://goncalodecarvalho.blogspot.com>>. Acesso em: set. 2018.
- CARVALHO, I. C. de M. *A invenção do sujeito ecológico: sentidos e trajetórias em educação ambiental*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2001.
- CATALOGO - Coleção Fernando Cacciatore de Garcia. *Paisagens de Porto Alegre*. Acervo Prefeitura de Porto Alegre. 24 mar. 2015.
- COMAM. http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/smam/usu_doc/resolucao_5_comam_republicacao_final.pdf >. Acesso em: mar. 2020.
- COURBIN, A. *L'homme dans le paysage*. Paris: Les éditions textuel, 2001.
- DE CERTEAU, M. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1994.
- DUBIELA, D. *A FZB não tem preço, tem valor! Memória, patrimônio e imagem no processo de extinção da Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul*. 2019. Dissertação (Mestrado) - PPGAS, IFCH - UFRGS, Porto Alegre/RS, 2019.

- DUMONT, L. *O individualismo: uma perspectiva antropológica da ideologia moderna*. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.
- DUMONT, L. *Homo hierarquicus: o sistema de castas e suas implicações*. São Paulo: EDUSP, 1997.
- DURAND, G. *A imaginação simbólica*. São Paulo: Cultrix, 1988.
- DURAND, G. *As estruturas antropológicas do imaginário*. Lisboa: Presença, 1989.
- ECKERT, C et al. Itinerância da Expografia — Na Porto Alegre da Copa, os ritmos de construção destrutiva ou destruição construtiva: oficina de etnografia audiovisual no Navisual, 2013 e 2014. *Revista Fotocronografia*. Porto Alegre, v. 1, n. 2—2016.
- ECKERT, C; ROCHA, A. L. C. (Org.). *Etnografia de rua, estudos de antropologia urbana*. Porto Alegre: UFRGS, 2014.
- ECKERT, C; ROCHA, A. L. C. A arte de narrar as (nas) cidades: etnografia de (na) rua, alteridades em deslocamento. Goiânia, UFG. *Revista Eletrônica Hawò*, 2020, V.1 <https://medium.com/fotocronografias>>. Acesso em: ago. 2020.
- ELIADE, M. *Traité d'histoire des religions*. Paris: Payot, 1974.
- ELIAS, N. *O processo civilizador: formação do Estado e Civilização*. v. 2. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993.
- FERRY, L. *A nova ordem ecológica*. Rio de Janeiro: Difel, 2009.
- FOLADORI, G. Foladori; TAKS, J. Um olhar antropológico sobre a questão ambiental. *Revista Mana*, v. 10, n. 2. Rio de Janeiro. Oct. 2004. https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93132004000200004>. Acesso em: ago. 2020.
- FOUCAULT, M. *Nascimento da biopolítica: Curso dado no Collège de France (1978-1979)*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- FRANCO, Sérgio da Costa. *Guia Histórico de Porto Alegre*. Porto Alegre: Editora da Universidade (UFRGS)/Prefeitura Municipal, 1988.
- GAGNEBIN, J. M. *História e narração em Walter Benjamin*. São Paulo: Perspectiva, 1999.

GERMANI, A.M. G. Estudo sobre o uso de espécies vegetais nos projetos paisagísticos para as áreas verdes públicas de Porto Alegre. *Dissertação* (Mestrado) - Faculdade de Arquitetura - Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/6392>>. Acesso em: 13 out. 2016.

GZH. Lista de árvores tombadas em Porto Alegre atualizada sem incluir novos exemplares. Inventário de quase 700 itens criado por decreto nos anos 70 mantém espécies nativas e exóticas. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/educacao-e-emprego/noticia/2015/05/lista-de-arvores-tombadas-em-porto-alegre-e-atualizada-sem-incluir-novos-exemplares-4765560.html>>. Acesso em: jun. 2020.

HARRIS, M. *El Desarrollo de la teoria antropológica*. Madrid: Siglo XXI, 1979. p. 567-596.

HYNDS, E. *Antebellum Athens and Clarke County, Georgia*. Athens: University of Georgia Press, 2009.

INGOLD, T. *Estar vivo, ensaios sobre movimento, conhecimento e descrição*. Petrópolis: Vozes, 2017.

JACKS, N. *et al. Porto Alegre Imaginada*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2012.

LIMA, G. C. de. Levantamento do conhecimento dos frequentadores do parque Farroupilha a respeito das espécies vegetais do parque. 2016. *Monografia* apresentada como requisito para aprovação na disciplina de Trabalho de Conclusão do Curso de Ciências Biológicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, 2016.

LOVELOCK, J. *The ages of Gaia*. London, New York: Norton, 1988.

LUZ, L. F. PARQUE FARROUPILHA. Composição e Caráter de um Jardim Público de Porto Alegre. 1999. *Dissertação* (Mestrado) Porto Alegre, 1999.

MACEDO, F. R. de. *Estudo Plástico da Vegetação*. Porto Alegre: DAFA, UFRGS, 1977.

MACEDO, F. R. de. *Porto Alegre, história e vida de uma cidade*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 1973.

MACEDO, S. S. Quadro do paisagismo no Brasil. São Paulo: Coleção Quapà, 1999.

MACIEL, J. L. (Org.). *Trilhando os parques de Porto Alegre. Educação ambiental: interpretar e sensibilizar para transformar*. Porto Alegre: Secretaria Municipal do Meio Ambiente. Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 2014.

MATURANA, H., VARELA, F. *A árvore do conhecimento: as bases fisiológicas da compreensão humana*. São Paulo: Palas Athena, 2001.

MATURANA y VARELLA. *Autopoiésis*. Disponível em: http://www.john-deweycollege.cl/cms/UPIMGS/archivos/CON_172/_VARELA.pdf. Acesso em: 10 mar. 2013.

MORIN, E. *La Méthode I; La Nature de la Nature II; La Méthode La Vie de la Vie*. Paris: Points, 1977, 1980.

PADUA, J. A. *Um sopro de destruição*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

PEREIRA, E. M. *A ética do convívio ecossustentável: Uma biografia de José Lutzenberger*. 2016. (Tese) - PPGH, IFCH, UFRG, Porto Alegre, 2016.

PMPA. <https://prefeitura.poa.br>>. Acesso em: set. 2018.

PORTER, R. *London: A Social History*. London, Penguin UK, 2000.

RBS – Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/porto-alegre/noticia/2017/10/a-arvore-que-resistiu-a-historia-da-paineira-fincada-na-calçada-da-rua-siqueira-campos-em-porto-alegre-cj8npqb8x026l01mqbvzi14m.html> Isadora Neumann / Agência RBS>. Acesso em: jul. 2018/ jan. 2019.

REED, T. W. (1870-1950). *History of the University of Georgia*. Athens, Georgia, University of Georgia, 1949. Disponível em: http://dlg.galileo.usg.edu/cgi-bin/ebind2html.pl/reed_c01?seq=1>. Acesso em: nov. 2018/jul. 2020.

RICOEUR, P. *La mémoire, l'histoire, l'oubli*. Paris: Seuil, 2000.

RIOPARDENSE DE MACEDO, F. *Porto Alegre, origem e crescimento*. Porto Alegre: Unid. Editorial, 1999.

ROCHA, A. L. C.; ECKERT, C. *O tempo e a cidade*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

- ROCHA, A. L. C.; ECKERT, C. *Antropologia da e na cidade*. Interpretações sobre as formas da vida urbana. Porto Alegre: Marca Visual, 2013.
- ROCHA, A. L. C.; ECKERT, C. *Etnografia da duração*. Porto Alegre: Marcavisual, 2015.
- ROCHA, A. L. C.; ECKERT, C. *A preeminência da imagem e do imaginário nos jogos da memória coletiva em coleções etnográficas*. Brasília: ABA, 2016.
- SCHAMA, S. *Paisagem e memória*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- SERRES, M. *O contrato natural*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.
- SILVEIRA, R. W. D.; VITTE, A. C.. A paisagem em Humboldt. Disponível em: <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal12/Teoriaymetodo/Pensamientogeografico/27.pdf> >. Acesso em: 3 nov. 2018.
- SIMMEL, G. *A filosofia da paisagem*. Covilhã: LusoSofia, 2009.
- STEIL, C. A. CARVALHO, I. C. M (Org.). *Cultura, percepção e ambiente, diálogos com Tim Ingold*. São Paulo: Terceiro Nome, Capes, 2012.
- TECHNICAL GUIDE to Tree Conservation in Athens-Clarke County, Georgia. Pdf Acesso em: set. 2018.
- THE TREE THAT OWNS ITSELF*. Disponível em: <https://www.visitathens-ga.com/listings/the-tree-that-owns-itself/234/>>. Acesso em: set. 2018.
- THER RIOS, F. Complejidad territorial y sustentabilidade: notas para uma epistemologia de los estudios territoriales. *Revista Horizontes Antropológicos*. Ano 12. n. 25, PPGAS, Ed. UFRGS, Porto Alegre, 2006, p. 105-116.
- THOMAS, K. *O homem e o mundo natural*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- VILLAR, R. Carlos Alberto Dayrell é Cidadão de Porto Alegre. Disponível em: <https://www.agirazul.com.br/agirazul/aa13/daycida.htm>>. Acesso em: set. 2018.
- VIVEIROS DE CASTRO, E. Os pronomes cosmológicos e o perspectivismo ameríndio. *Revista Mana* v. 2, n. 2. Rio de Janeiro, out. 1996. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-93131996000200005>>. Acesso em: 2 de jun. 2020.